



Entrevista:
Reinhold Stephanes
Pág. 06

paraná cooperativo

Ano 9
Número 97
Agosto/2013



PEDÁGIO: QUAL É O CAMINHO?

Entidades do setor produtivo defendem
transparência nas negociações para redução
de tarifas e realização de obras



Eu cultivo
O trabalho e o esforço
Transformando nosso produto
Em um alimento saboroso.

Eu cultivo o amor pelo que faço.

A Cooperativa Integrada investe na agroindustrialização, transformando produtos primários em matérias-primas para as principais indústrias de alimentos e confecções do País. Seja nosso Cooperado.



A agricultura é nossa vida.

Paulo Yoshida
Sergio Yoshida
Pai e Filho, Cooperados de Assai - PR

EU CULTIVO

Transparência nas negociações do pedágio

Mais uma vez o pedágio está no centro das discussões no Paraná. A Ocepar e as entidades que fazem parte do G7 reuniram-se em agosto com secretários estaduais para buscar soluções para este sério problema que onera o setor produtivo do estado. O Paraná tem um dos pedágios mais caros do país e isso prejudica a competitividade da economia do estado, quer seja na agropecuária, comércio, indústria e serviços. O G7 quer saber: qual é o cronograma das obras daqui para frente, já que tivemos uma série de ações judiciais e alguns acordos feitos por governos passados reduzindo investimentos em relação a duplicações? Quais obras serão realizadas até o término da concessão, em 2022? Outra questão é o acompanhamento em relação

à execução das obras - temos dois relatórios (do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas da União) com uma série de recomendações. Como será feito o acompanhamento, a vistoria e as realizações das obras em cada uma das concessionárias? Precisamos analisar com profundidade o que está ocorrendo, bem como o aumento que tivemos no fluxo de veículos nas rodovias, e que deveria ser considerado, junto a outros fatores, para uma redução significativa no preço do pedágio no Paraná.

A disposição do governo estadual em abrir esse assunto é positiva, para que haja uma participação efetiva da sociedade. Não é possível que o setor produtivo e os paranaenses, que pagam a conta do pedágio, não tenham acesso a informações para contribuir na busca por soluções aos problemas existentes. Não podemos continuar sendo penalizados por tarifas de pedágio que representam, por exemplo, 7,5% do preço de um produto (milho), no transporte da região de Foz de Iguaçu

até o Porto de Paranaguá. É um preço muito alto que inviabiliza nossa competitividade. Queremos aprofundar as questões negociadas para viabilizar obras e duplicações e também ter uma redução dos custos de pedágio. Para o setor cooperativista, prorrogar os contratos de pedágio no Paraná não é a melhor solução.

Em 15 anos, tivemos um aumento expressivo no

fluxo de veículos nas rodovias do Paraná, elevando os ganhos e diminuindo os custos das concessionárias. Por isso é plausível que se discuta a redução dos valores, que estão muito além do que o setor produtivo têm condições de pagar. Há um compromisso do governo estadual no sentido de dar transparência às negociações. Esperamos que isso ocorra para que o G7 possa participar

ativamente, contribuindo para reduzir as distorções do pedágio, o que estimulará a produção e a competitividade da economia do estado, melhorando a qualidade e os serviços prestados aos usuários das rodovias.

“É preciso viabilizar obras e duplicações e também reduzir as tarifas, que prejudicam a competitividade da economia paranaense”



João Paulo Koslovski
Presidente do Sistema Ocepar

12

ESPECIAL

Setor produtivo cobra soluções para o pedágio



06

ENTREVISTA

Ex-ministro da Agricultura e secretário da Casa Civil do Paraná, Reinhold Stephanes, fala das complexidades que travam as obras de infraestrutura e diz que o pedágio é hoje o mais complexo dos problemas do estado

22

EXPORTAÇÕES

Embarques das cooperativas do Paraná foram equivalentes a 34% do total comercializado pelo cooperativismo brasileiro no primeiro semestre de 2013



Foto: Rodrigo Leal/Arquivo-APPA

24

AÇÃO COOPERATIVA

Iniciativa conjunta dos programas Cooperjovem, do SESCOOP/PR, e A União Faz a Vida, cooperativas agropecuárias e educacionais, mobilizou mais de 18 mil estudantes no Paraná



26

JOVEMCOOP

Jovens lideranças participam na Cocamar, em Maringá, do 22º Encontro Estadual de Juventude Cooperativista Paranaense



28

POLÍTICA

Em reunião com a Frencoop, Sistema OCB alinha as ações do cooperativismo que serão prioritárias na pauta de trabalho dos parlamentares neste semestre





30 INTERNACIONAL

Presidente da Co-operatives UK (Federação das Cooperativas do Reino Unido), Chris Herries, em entrevista exclusiva à revista Paraná Cooperativo, fala sobre o uso da comunicação digital no processo de gestão de cooperativas



32 OPINIÃO

Artigo destaca o trabalho dos agentes de Desenvolvimento Humano, figura criada por meio da metodologia implantada e que tem resultado em mais economia e agilidade para o sistema

40 AGROLEITE

Feira de leite da Castrolanda movimentou R\$ 50 milhões em negócios e recebeu mais de 80 mil visitantes do Brasil e exterior



42 MEIO AMBIENTE

Paraná cria Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar-PR). A medida atende às regras do novo Código Florestal Brasileiro

SISTEMA OCEPAR

DIRETORIA DA OCEPAR

Presidente

João Paulo Koslovski

Diretores

José Aroldo Gallassini
Jorge Karl
Manfred Alfonso Dasenbrock
Orestes Barrozo Medeiros Pullin
Paulino Capelin Fachin
Renato José Beleze
Valter Vanzella
Alfredo Lang
Carlos Yoshio Murate
José Fernandes Jardim Júnior
Luiz Roberto Baggio
Marino Delgado
Renato João de Castro Greidanus
Ricardo Sílvia Chapla

Conselho Fiscal

Titulares

Paulo Roberto Fernandes Faria
José Rubens Rodrigues dos Santos
Lauro Osmar Schneider

Suplentes

Paulo Henrique Cariani
Tácio Octaviano Barduzzi Junior
Urbano Inácio Frey

Superintendente

José Roberto Ricken

Superintendente Adjunto:

Nelson Costa

DIRETORIA DO SESCOOP/PR

Presidente

João Paulo Koslovski

Conselho Administrativo

Titulares

Jorge Karl
Jaime Basso
Soraya Galvão
Wilson Thiesen

Suplentes

Alvaro Jabur
Valter Vanzella
Prentice Balthazar Junior
Renato Nóbile

Conselho Fiscal

Titulares

Luiz Humberto de Souza Daniel
Edvino Schadeck
Amilton Pires Ribas

Suplentes

Luiz Roberto Baggio
Sebaldo Waclawosvsky
Marcos Antonio Primão

Superintendente

José Roberto Ricken

EXPEDIENTE

Revista Paraná Cooperativo:

Assessoria de Imprensa do Sistema Ocepar/Sescoop/PR.
Editor Responsável: Samuel Zanello Milléo Filho (DRT/PR 3041) **Edição e Redação:** Ricardo Rossi, Marli Vieira e Lucia Massae Suzukawa. **Diagramação:** Israel Filipe Silva.
Conselho Editorial: João Paulo Koslovski, José Roberto Ricken, Nelson Costa, Flávio Turra, Gerson Laueremann, Leonardo Boesche, Samuel Zanello Milléo Filho. **CTP e impressão:** Gráfica Graciosa. **Licitação - Pregão:** 05/2012. **Redação:** Av. Cândido de Abreu, 501, CEP 80530-000, Centro Cívico, Curitiba - Paraná. **Telefone:** (41) 3200-1100 / (41) 3200-1109.

Endereço Eletrônico: jornalismo@sistemaocepar.coop.br
Página na Internet: www.paranacooperativo.coop.br
As matérias desta publicação podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.

Reinhold Stephanes

Ex-ministro da Agricultura e
secretário da Casa Civil do Paraná

Pedágio, o mais complexo dos nós a ser desatado

Por: Marli Vieira e Samuel Z. Milléo Filho

Fotos: Marli Vieira

“

As novas negociações têm que ser feitas com informações sistematizadas, conhecidas e com o novo quadro de veículos estabelecido. E aí vem a pergunta: puxa, não sabemos qual o fluxo de veículo hoje? A não ser por amostragem?

”

Entre os assuntos da mesa de trabalho do secretário da Casa Civil do Paraná, Reinhold Stephanes, “o pedágio é, sem dúvida, o mais complexo dos nós a ser desatado”, segundo opinião do próprio secretário, em entrevista à Revista Paraná Cooperativo. Stephanes é economista, com especialização em Administração Pública na Alemanha e técnico na área de finanças. Além de deputado federal, foi ministro da Previdência, Trabalho e Agricultura. No Paraná, foi secretário de Agricultura, de Administração e de Planejamento e presidiu o Banco do Estado do Paraná-Banestado. Como deputado federal, presidiu comissões de economia, finanças e a comissão especial para os atos relativos ao Plano Real.

Paraná Cooperativo – No início deste ano, o senhor assumiu a Casa Civil com a missão de articular os programas, projetos e ações estratégicas do governo. Na ocasião, até usou a expressão “destravar processos” para definir a sua meta. Isto vem acontecendo da forma que esperava?

Reinhold Stephanes - Eu diria que, caminhando, todos os projetos estão. Agora, a questão que se coloca é a demora que existe entre a tomada de decisão, início de execução e o término desses projetos. Uma decisão para a modernização de um porto, por exemplo, precisa de permissões federais, de legislações portuárias, as quais são bastante complexas. Depende ainda das legislações referentes a concessão, de licenças ambientais que podem levar até três

anos para acontecerem, de licença das comunidades locais e até das comunidades indígenas, se existirem. Tudo isso, apenas para exemplificar que os rituais, as etapas, a burocracia como um todo, é cada vez mais difícil e demorada.

Numa obra envolvendo uma ferrovia que começa em Maracaju (MT) até o Porto de Paranaguá (PR), ou via Mafra (SC) até o Porto de São Francisco (SC), e depois vai a Paranaguá, traçado que, na minha visão, ainda não está bem definido... além do tempo que se leva para definir o traçado, depois é preciso fazer o pré-projeto, o projeto de viabilidade técnica-econômica, o projeto executivo, e tirar todas as licenças necessárias. Somente depois, inicia-se a execução. Então, são, no mínimo, cinco a oito anos. Sob este aspecto, as questões são um pouco difíceis e demoradas.

Paraná Cooperativo – Mas houve algum avanço, ou seja, foi possível destravar algum processo?

Reinhold Stephanes – Sim. Vamos falar, então, objetivamente sobre alguns projetos destravados e em andamento. A duplicação da Rodovia dos Minérios, trecho de aproximadamente 30 km entre Curitiba, Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul e Itaperuçu. O acordo já está assinado com a Votorantim, via participação PPP (Parceria Público Privada). As datas estão estabelecidas, o projeto em elaboração, as licenças ambientais em andamento e as desapropriações também. É possível que a obra inicie até maio ou junho do próximo ano.

“O estado assinou os contratos e depois contestou os seus próprios contratos”

Outro exemplo é a vinda de empresas para o Paraná. O estado está atraindo muitas empresas, dentro do Programa Paraná Competitivo, e também por sua localização geográfica e outras condições. O Paraná tornou-se um centro de atração de empresas. Atualmente, temos a Votorantim e outras empresas construindo suas cimenteiras, a Ambev em Ponta Grossa, a Cargil em Castro, a Klabin construindo um projeto efetivamente extraordinário em Ortigueira, certamente o maior investimento já feito no Paraná em todos os tempos. Todas estas empresas precisam de infraestrutura ou do apoio do estado de uma forma ou de outra. E aí temos fórmulas interessantes e que foram muito trabalhadas até que se tornassem realidade.

Nessa linha, a Klabin é o grande exemplo. A empresa fará um investimento de R\$ 600 milhões em obras públicas, como uma antecipação de futuros pagamentos de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Ou seja, você dá condições para que a empresa antecipe obras de infraestrutura e construa pontes, estradas, etc., e depois seja reembolsada por isso com o pagamento do seu próprio imposto. Isto é uma forma também de investimento. Mas tudo isso exige entendimento, negociações, assinaturas de acordos, obediência a legislações, o que demanda tempo.

Paraná Cooperativo - Em relação às questões portuárias, assunto que interessa ao setor cooperativo, foi possível avançar também nesses projetos?



Reinhold Stephanes – Sim. Um projeto objetivo e que pode ser citado como exemplo é o Porto de Pontal, um projeto bem elaborado e que envolve a iniciativa privada. Certamente, temos agora várias etapas a serem cumpridas, desde desapropriações, elaboração do projeto das vias de acesso, das rodovias de acesso ao porto - que já está em elaboração, mas que tem agora o seu curso -, o zoneamento econômico e ecológico que é uma atividade extremamente difícil e demorada, o decreto, a necessidade da alteração da poligonal do Porto de Paranaguá, a qual hoje abrange a região do Porto de Pontal. São diversas etapas a serem cumpridas, mas todas estão em andamento e se correrem da forma prevista, possivelmente, dentro de um ano, estaremos iniciando a implantação de algumas unidades privadas dentro

do Porto do Pontal e, possivelmente, já iniciando também a construção das vias de acesso e todas as demais medidas previstas no projeto.

Paraná Cooperativo - É possível utilizar a fórmula de PPPs para alavancar investimentos também em rodovias?

Reinhold Stephanes - Temos várias rodovias que precisam ser duplicadas. Como o estado não tem capacidade de investimento, então, isto tem que ser feito via iniciativa privada. Já temos em elaboração projetos envolvendo a duplicação de Maringá a Guaíra, de Jaguariáiva até Santo Antônio da Platina, de Londrina a Mauá. Estes são os três projetos em rodovias estaduais em elaboração no âmbito de PPPs e que estão em elaboração pelas respectivas empresas, as quais farão a apresentação, segundo o cronograma, até o final de setembro.

Paraná Cooperativo – O setor produtivo, por meio de seus representantes, tem cobrado uma redução na tarifa do pedágio e execução das obras prometidas e consideradas emergenciais. Qual a sua opinião a respeito desse assunto e o que pode ser feito?

Reinhold Stephanes – O pedágio é uma questão que ainda irá gerar muito debate e discussão. As reuniões e estudos vêm sendo feitos. O DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná) faz o acompanhamento, inclusive, utilizando dados apurados por uma empresa especializada e contratada com a finalidade de levantar todo o histórico dos contratos e das obras nestes últimos 14 anos. Da mesma forma, a Agência Reguladora do Paraná (Agepar) também faz seus estudos e tem uma empresa contratada. Além disso, alguns especialistas estão sendo contratados, professores, especialistas em pedágio e que vão ajudar a esclarecer alguns conceitos e dúvidas.

Evidentemente que o objetivo final de toda a discussão sobre o pedágio é duplicar todo o Anel Viário e a possibilidade de baixar a tarifa atual, ter prazos muito claros e definidos para a

duplicação de toda a rodovia. Mas, em compensação, terá que haver uma dilatação do prazo dessas concessões, que terminam em 2022. Então, isto são pontos de vista jurídicos e que têm suas dificuldades, pois surgiram muitas ações desde que os acordos foram assinados. Ao todo, são mais de 100 ações das empresas contra o estado e vice-versa. Existem discussões, inclusive, se os contratos assinados pelo governo do estado, pelo governo federal, que tinha que participar destas assinaturas, e pelas empresas, juridicamente, são válidos ou não, ou seja, o acordo em si foi contestado. O estado assinou os contratos e depois contestou os seus próprios contratos.

Paraná Cooperativo - O senhor fala sobre a possibilidade da prorrogação, mas o governador Beto Richa disse que isto ainda não faz parte da mesa de negociação...

Reinhold Stephanes - Coloco no sentido de possibilidade, porque é difícil imaginar que as empresas irão concordar em fazer um novo cronograma de obras, baixar a tarifa, sem que elas tenham alguma compensação. A pergunta é: qual será essa compensação? Isto não significa que o passado não será desvendado, sob o

ponto de vista técnico e jurídico. Não, o passado vai ser desvendado. Mais judicializar o passado, mas do que ele já está, é continuar os próximos 10 ou 15 anos brigando na justiça e não ter neste período, praticamente, obra nenhuma. Se houver entendimento, é muito melhor. Então, este é o dilema que precisamos resolver.

Paraná Cooperativo - O senhor diria que entre os assuntos que estão na sua mesa de trabalho, o pedágio é o pior dos nós a ser desatado?

Reinhold Stephanes - O pedágio é o mais complexo dos nós que temos no Paraná a ser desatado, sem dúvida nenhuma.

Paraná Cooperativo - E como o senhor vê a posição de alguns integrantes do G7 (Grupo de sete federações/entidades do setor produtivo) de serem contrários à prorrogação? Como lidar com este ingrediente a mais na mesa de negociações com as concessionárias?

Reinhold Stephanes - Bem, agora eu não vou falar em nome do governo e, sim, como um técnico. Como disse anteriormente, é muito difícil imaginar um novo acordo sem prorrogação de prazos. Agora, tem que ver se as bases dessa prorrogação

“Judicializar o passado, mais do que ele já está, é continuar os próximos 10 ou 15 anos brigando na justiça e não ter neste período, praticamente obra nenhuma. Se houver entendimento, é muito melhor”



“A questão é como se colocar perante a sociedade uma decisão que é difícil. Por quê? Porque ela imediatamente será contestada por razões políticas e por vários setores. Isto é muito comum”

são de interesse da sociedade. Estes dados é que terão que ser colocados para análise de todos. Se a sociedade concluir que vai baixar o valor do pedágio, que teremos prazos para duplicação claramente definidos, teremos obras adicionais e aceitar a proposta das empresas, então, tudo bem. Mas se a sociedade disser não ao que está sendo apresentado, aí não serve.

Todos os estudos feitos ficarão para que alguém, num determinado momento, tome uma decisão, porque o que nós temos que entender é que são 15 anos de pedágio e de judicialização, vários contratos assinados e, durante este tempo vários aditivos e total falta de acompanhamento e informação nos últimos 10 anos. Como disse um técnico nosso, encontramos um armário cheio de papéis, mas nada disso sistematizado. Nada disso concluído. Por isso temos duas empresas há quase um ano estudando a situação para chegar a uma conclusão que nos dê uma base de dados e informações para se ter uma discussão. Já a parte jurídica, esta é até mais fácil porque os dados estão lá. A única discussão é se os contratos adicionais valem ou não.

Paraná Cooperativo - Há 15 anos, quando foram feitas as negociações com as concessionárias, a frota de veículos do Paraná era uma. Hoje,

de acordo com a Detran (Departamento Estadual de Trânsito), é a terceira maior do Brasil. Isto também pesa nas negociações?

Reinhold Stephanes - É evidente que pesa. As novas negociações precisam levar em conta informações sistematizadas, conhecidas e com o novo quadro de veículos estabelecido. E aí vem a pergunta: puxa, não sabemos qual o fluxo de veículo hoje? A não ser por amostragem? Como é que não se criou um sistema, ao longo desse período, de leitura automática do fluxo de veículos? Bom, isto está sendo feito, mas veja com quantos anos de atraso... Então, antes das decisões, teremos que saber claramente qual é o fluxo efetivo de veículos em todas as rodovias pedagiadas do Paraná.

Paraná Cooperativo - Estamos num ano pré-eleitoral e sabemos que o governo federal também tem que concordar com as decisões tomadas no estado, afinal, trata-se de rodovias concessionadas. Até onde a política pode influenciar nas decisões?



Reinhold Stephanes - Além de toda a burocracia, de todas as etapas e complexidade, ainda há a questão política, como uma questão central. É muito difícil fazer alguma coisa em ano eleitoral, de se tomar grandes decisões, ou melhor, tomar grandes decisões, por grandes estadistas. Mas grandes estadistas acabam perdendo eleição, justamente por serem grandes estadistas. A questão é como se colocar perante a sociedade uma decisão que é difícil. Por quê? Porque ela imediatamente será contestada por razões políticas e por vários setores. Isto é muito comum. Eu vivi muito isto ao longo da minha vida, de partidos inteiros ou grandes parlamentares ou senadores, deputados, pessoas de grandes conhecimentos, de grande inteligência que dizem apenas: “eu sou contra!” Aí você retruca: “mas você

“Aí você retruca: mas você já leu o projeto?”, e a pessoa responde: “não li e não quero ler, mas sou contra”. Ou seja, a questão é política, não é uma questão técnica”

já leu o projeto?”, e a pessoa responde: “não li e não quero ler, mas sou contra”. Ou seja, a questão é política, não é uma questão técnica. Eu, evidentemente, na minha função, não posso perder a visão política das coisas, mas meu trabalho é um trabalho técnico e profissional. É isto o que eu apresento. As decisões políticas cabem depois aos governantes e a sociedade se ela vai entender ou não. E, muitas vezes depende da forma como se vende isso a sociedade, da forma que se coloca isso perante a ela.

Paraná Cooperativo - Em paralelo, ainda temos a CPI dos Pedágios na Assembleia Legislativa do Paraná. Como o senhor vê a realização desta CPI?

Reinhold Stephanes - De forma geral, CPI raramente chega a uma conclusão. E, mesmo que venha a chegar a uma conclusão, isto não tem efeito prático, a não ser efeito político. O que ela faz: ela manda a sua conclusão para o Ministério Público que analisa e decide se ingressa na justiça. Aí começa uma discussão que, normalmente, vai levar, no mínimo, uma década.

Mas a CPI utiliza-se de dados que o governo tem à disposição, que o Tribunal de Contas tem. Ela não tem como levantar estes dados. Quer dizer, a CPI tem mais um caráter político. Então, se vocês me pergun-



tam se ela atrapalha: não! Acho que é mais um dado, mais uma informação, mais uma opinião que vai surgir, mas não vejo muito efeito prático em termos das decisões que terão que ser tomadas. Se formos otimistas, ela pode até ajudar, mas como ela é uma decisão política, porque eu já vi o presidente da CPI ser categórico em relação a algumas posições, ou seja, ele já tem suas conclusões tomadas. Então, se ele já tem suas conclusões tomadas, não precisa fazer CPI. Tem que fazer levantamento e estudo. A CPI está começando, vai estudar a questão. Como é que ele é contra, sem sequer ter feito o levantamento, ter levantado as informações, sem ter feito os estudos? Então, o discurso é político. O cuidado com a CPI é em relação a isso, e eu falo com muita propriedade, pois já participei de mais CPIs do que muitos membros, e já tenho uma ideia de como é que essas coisas se conduzem.

Paraná Cooperativo - 2014 é um ano eleitoral e o senhor sempre

foi um homem do parlamento. Quais são seus planos?

Reinhold Stephanes - Eu volto para o parlamento e saio candidato a deputado federal. A minha previsão de tempo nesta secretaria é até o mês de março de 2014.

Agora, quando falamos sobre o trabalho que realizamos aqui, uma pergunta que poucos fazem é sobre como nós redesenhamos todo o sistema de elaboração de contratos e gestão e acompanhamento. Eu diria que são 65 projetos que normalmente se executam e que nós acompanhamos, independentemente dos projetos estratégicos, que são em torno de 20. Nós temos hoje estes projetos claramente definidos, com suas metas, etapas, datas e controle absoluto de cada um deles. Se entrarmos no sistema hoje, posso dizer como está a construção das penitenciárias, o Pronatec, entre outros. Isto facilita a tomada de decisões do governo e também para quem, por ventura, vier a assumir a pasta em março. 🍌

C.Vale 50 anos. Uma história com sabor de inovação.



Família Mestriner - PR

Ao olharmos para trás, é impossível não nos orgulharmos de nossa história. A C.Vale foi a primeira empresa brasileira a utilizar a tecnologia da climatização de aviários para a produção comercial de frangos. E também inovou ao adotar a divisão do ICMS entre os municípios envolvidos no complexo avícola, transformando a avicultura em uma grande fonte de renda e gerando milhares de empregos. C.Vale 50 anos. Uma saborosa história de determinação, união, amizade e superação.



A encruzilhada do pedágio

Texto: Ricardo Rossi e Marli Vieira

Setor produtivo quer transparência nas negociações para redução de tarifas e realização de obras nas rodovias concedidas à iniciativa privada no Paraná

Em 15 anos de cobrança de pedágios em rodovias no Paraná (Anel de Integração), as empresas concessionárias tiveram um faturamento de 10,9 bilhões de reais, segundo informações da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR). Conforme cálculos da Ocepar, com esse montante seria possível construir uma rodovia de 5 mil quilômetros, tomando por base o custo por km de pavimentação de uma rodovia no padrão da BR-153, no trecho de Alto Amparo a Ventania, região dos Campos Gerais do Paraná, licitada e em execução pelo Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte). Mas, pelos números divulgados pela ABCR, apenas 202 km de duplicações foram construídos desde o início das concessões e as empresas preveem duplicar outros 670 km até o fim dos contratos do pedágio, em 2022. O Anel de Integração - conjunto de rodovias que interliga as principais regiões do estado e que está nas mãos das concessionárias - tem cerca de 2,5 mil km. Em agosto, a CPI do Pedágio na Assembleia Legislativa do Paraná estimou em R\$ 20,5 bilhões a arrecadação total das seis concessionárias que adminis-

tram rodovias no estado, valor que foi contestado pelas empresas, que afirmam que o faturamento não passou de R\$ 10,9 bilhões.

Ainda de acordo com a ABCR, as empresas investiram 30% do total arrecadado (R\$ 3 bilhões) em obras e já avisam que não será possível duplicar por completo as rodovias exploradas. Não era o que previa o contrato inicial, em 1997, no qual as seis empresas vencedoras da licitação se comprometiam a duplicar a totalidade do Anel de Integração até o fim da concessão. Mas, em 1998, 2000, 2002 e 2005, o governo estadual negociou termos aditivos nos contratos, postergando cronogramas de obras e reduzindo investimentos. As mudanças foram feitas para readequar os contratos por conta da redução unilateral dos valores de pedágio ocorrido em 1998. Na época, foram retiradas obras (duplicações, contornos, trevos e viadutos) para que houvesse uma redução de 50% no valor da tarifa. Dois anos depois, houve uma adequação dos contratos, mas sem a inclusão de obras. Em 2002, foram feitas mudanças retirando algumas obras, deixando-as para serem executadas no fim da concessão.



Foto: Ricardo Rossi/Ocepar



Reunião do G7 com secretários estaduais: entidades querem transparência nas negociações do pedágio

Foto: Ricardo Rossi/Ocepar

Todas estas alterações resultaram na retirada de 487 quilômetros dos 885 quilômetros de duplicações, terceiras faixas e marginais previstas no contrato original. Um exemplo é o trecho entre Cascavel e Foz do Iguaçu, retirado em 2005, para promover redução tarifária de 30%.

Impacto – Nos últimos dez anos, o fluxo de veículos no Paraná dobrou - de acordo com o Detran-PR, o estado tem mais de 6 milhões de veículos em circulação, a terceira maior frota do país - mas os preços do pedágio não foram renegociados para patamares condizentes com a realidade operacional das rodovias. O resultado é a distorção de um projeto que deveria trazer segurança e comodidade à população, mas que se tornou um peso para a economia e um obstáculo à competitividade paranaense.

Preocupado com o impacto crescente dos pedágios na economia, o G7, grupo que reúne entidades representativas do setor produtivo do Paraná, se mobiliza e quer ter voz ativa nas negociações em andamento entre o governo do estado e as empresas concessionárias. Em 28 de novembro de 2011, os dirigentes do G7 enviaram documento ao governador Beto Richa, apoiando o diálogo e pedindo que fossem consultados a respeito dos impasses com as empresas de pedágio. Assinado por todos os presidentes das entidades que compõem o Grupo, o ofício pede a redução das tarifas e a realização de obras, “bem como

não seja ampliado o prazo das atuais concessões nas negociações em curso e que as entidades tenham assento na mesa de discussão”, reivindicam os líderes. “É fundamental que haja transparência, que a população e as entidades de representação do setor produtivo sejam informadas e consultadas sobre as negociações. Não é possível que os paranaenses, que pagam a conta dos pedágios, fiquem de fora das discussões sobre as concessões de rodovias. E o governo estadual tem demonstrado disposição em buscar a participação efetiva da população”, diz o presidente do Sistema Ocepar e coordenador do G7, João Paulo Koslovski.

No dia 7 de agosto, representantes do G7 reuniram-se, na sede da Ocepar, com os secretários de Infraestrutura, José Richa Filho, da Agricultura, Norberto Ortigara, e da Casa Civil, Reinhold Stephanes, que debateram questões referen-

tes ao pedágio e à infraestrutura. “Vamos fazer novas reuniões aprofundando as questões negociadas, visando viabilizar obras e reduzir os custos do pedágio”, enfatiza Koslovski. “Não somos contra o pedágio, mas sim contrários aos preços cobrados, que são muito elevados e sobrecarregam os custos da produção e inviabilizam a competitividade do Paraná. Particularmente, não sou a favor da prorrogação dos atuais contratos”, afirma o presidente da Ocepar. Outro aspecto ressaltado pelo G7 é a falta de fiscalização das empresas concessionárias, opinião compartilhada pelo secretário da Casa Civil. “Não sabemos qual o fluxo de veículos que cruzam os pedágios? A não ser por amostragem? Como é que não se criou um sistema, ao longo desse período de concessão, de leitura automática do fluxo de veículos?”, pergunta Stephanes.



Foto: ANPR

Preço elevado se tornou um peso para a economia e a competitividade do Paraná

Custo pesado para a agropecuária

O custo gerado na cadeia produtiva da agropecuária reflete diretamente na renda de quem produz. Estudo da Ocepar mostra como exemplo o impacto das tarifas sobre a produção da região de Foz do Iguaçu. O custo do pedágio até o Porto de Paranaguá corresponde a 7,5% do preço recebido pelo agricultor, no caso do milho e 2,7% para a soja. O trajeto de Foz a Paranaguá tem 10 praças de pedágio. O caminhoneiro que transportar grãos dessa região - em um veículo de cinco eixos e capacidade para 27 toneladas - desembolsará R\$ 643,95. "O impacto dos pedágios se repete em todas as regiões produtoras do Paraná, uma vez que as principais estradas (Anel de Integração) do estado estão concedidas às empresas concessionárias", lembra o presidente da Ocepar. "O pedágio causa vulnerabilidade aos agricultores, uma vez que as tarifas cobradas representam valores altos que, ao final, são transferidos ao preço recebido pelo produtor", completa. A cada ano/safra, no transporte de grãos e cereais, são feitas cerca de 454 mil viagens de caminhão rumo ao Porto de Paranaguá, a um custo médio de pedágio de 187 milhões de reais.



Foto: Arquivo Ocepar

Impacto dos pedágios na agricultura no transporte ao porto é de R\$ 187 milhões a cada ano/safra

Transparência - A concessão das rodovias no Paraná segue gerando inúmeras disputas e controvérsias. Em 2013, auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE) verificou que duas concessionárias deixaram de investir, juntas, mais de R\$ 1 bilhão. Também nesse ano uma CPI foi instalada na Assembleia Legislativa para apurar possíveis distorções das concessões. Mais de 15 anos após o início da cobrança, começou a atuar a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (Agepar), e se deparou com uma pergunta sem resposta: quantos veículos cruzam mensalmente as praças e pagam a tarifa do pedágio? Nunca houve e não há, por parte das empresas concessionárias, uma contagem total desses veículos - os dados sobre fluxo são calculados por amostragem. Para calcular o fluxo real de veículos, obras previstas no contrato original e aditivos, e a taxa de retorno do investimento, a Agepar contratou a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), e o setor produtivo aguarda

informações mais precisas sobre o pedágio. "O caso das concessões rodoviárias no Paraná serve de importante alerta a ser considerado na implementação de concessões públicas, que tendem a se intensificar com os planos de investimento na infraestrutura brasileira. É necessário mais transparência e controle para resguardar os interesses dos usuários das rodovias, com segurança e preços justos a quem produz", resalta Koslovski.

Indústria - O custo do pedágio prejudica a competitividade de inúmeros setores da economia, dentre eles a indústria. Para o presidente da Fiep, Edson Campagnolo, o pedágio da maneira como foi implantado no estado "presta um desserviço à economia do Paraná". "Se as obras tivessem sido feitas no início das concessões, poderíamos ter atraído investimentos de indústrias para o estado, gerando renda e empregos. Mas, principalmente, fica a pergunta: quantas vidas se perderam nas estradas do Anel de Integração pela falta das obras, dos viadutos e das duplicações?" questiona.



Foto: ANIPR

Maioria das obras no Anel de Integração foram postergadas para o fim do prazo das concessões

Caminhos tortuosos

1998 e 2000 >>

No ano em que iniciaram as cobranças de pedágio, em 1998, também começaram a negociação dos termos aditivos. Em março de 2000, aditivo contratual promoveu redução de 487 km em duplicações (dos 885 km previstos inicialmente), 12 contornos de cidades e 261 intersecções (trevos e viadutos). Acordo também postergou as obras para os últimos anos dos contratos

2002 e 2005 >>

Foram negociados novos preços para readequação de obras com as concessionárias. Com uma das empresas houve redução de 30% na taxa e subtração de obra de duplicação na rodovia Cascavel a Foz do Iguaçu.

2011 e 2012 >>

Governo estadual inicia negociações com as empresas de pedágio. Quinze anos após início das concessões, é instalada a Agepar (Agência Reguladora de Serviços Concessionados do Estado do Paraná)

2013 >>

G7 participa de reuniões com o governo estadual e cobra transparência nas negociações com as empresas de pedágio. Tribunal de Contas do Estado (TCE) inicia auditoria nos contratos de concessão. A Assembleia Legislativa do Paraná instala nova CPI do pedágio.

O POSICIONAMENTO DO G7 >>

- >> *Transparência nas negociações;*
- >> *Antecipação das obras previstas;*
- >> *Redução de tarifas do pedágio;*

Saiba mais...

O G7 é composto por entidades representativas do setor produtivo. Fazem parte do Grupo as seguintes entidades: Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Federação do Comércio do Estado do Paraná (Fecomércio), Associação Comercial do Paraná (ACP), Federação das Associações Comerciais e Empresarias do Estado do Paraná (Faciap); Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep) e Federação das Empresas de Transportes de Cargas do Paraná (Fetranspar)



Opinião dos dirigentes do G7

Foto: Arquivo Ocepar



Edson Campagnolo (FIEP)

Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná

“É preciso fazer ajustes, pois o pedágio onera e tira competitividade do Paraná. Entendo que a CPI (instalada pela Assembleia Legislativa) precisa dar respostas aos paranaenses. Para o setor industrial, não há nenhuma possibilidade de ocorrer prorrogação nos contratos de pedágio. Em 2022, quando encerrarem os atuais contratos, poderemos ter um novo modelo de concessão, por meio de uma licitação com mais competidores e certamente o Paraná poderá contar com um contrato a preços reduzidos pela metade, em comparação às tari-

fas atuais, e com melhores serviços e mais qualidade. Não se pode admitir que em 16 anos de concessão muitas obras ainda não tenham sido sequer iniciadas. No modelo vigente, o usuário está em segundo plano, o que importa é o faturamento. Se as obras tivessem sido realizadas nos primeiros anos da concessão, o estado poderia ter atraído indústrias e investimentos, gerando renda e empregos. Mas, principalmente, fica a pergunta: quantas vidas se perderam nas estradas do Anel de Integração pela falta de obras, dos viadutos e duplicações?”

Foto: Assessoria Fecomércio



Darci Piana (FECOMÉRCIO)

Presidente da Federação do Comércio do Estado do Paraná

“É fundamental que haja transparência. Que o governo estadual abra espaço para que as entidades do G7 participem das discussões sobre o pedágio e saibam sobre o andamento das negociações. O diálogo é muito importante para que existam esclarecimentos e avancemos em busca de soluções. O setor de comércio quer preços justos para o pedágio. As empresas são prejudicadas pelo preço excessivo das tarifas. O que reivindicamos são preços justos, mas com estradas de qualidade, dupli-

casas e condizentes com as necessidades logísticas do Paraná. O impacto dos pedágios no setor de comércio não é direto como ocorre com as cooperativas e com a indústria, mas quando o bolso do paranaense é afetado, e o custo do transporte se amplia, há consequências para a cadeia do comércio, com queda nas vendas. Destaco o posicionamento e a sinergia das entidades que compõem o G7, que buscam atuar para a resolução objetiva dos problemas que afetam o setor produtivo.”

Foto: Assessoria Faep



Ágide Meneguette (SISTEMA FAEP)

Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná

A Faep sempre denunciou que o pedágio nas rodovias do Anel de Integração era uma “caixa preta” e por isso exigia uma auditoria séria nas contas das concessionárias. Pelas informações que tenho, esta auditoria está sendo feita pela Agência Reguladora (Agepar), criada em 2002, mas instalada somente dez anos depois. Desta forma, as negociações que o governo do estado está

fazendo para que as obras de duplicação das rodovias sejam concretizadas de imediato e o valor do pedágio realmente reduzido, parece ter mais consistência. Para o setor rural – e para toda a economia e sociedade do Paraná – o que interessa é ter a duplicação e tarifas mais baratas, pouco importando se as concessões forem ou não prorrogadas. O importante é o resultado final.

Sérgio Malucelli (FETRANSPAR)

Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná

“O valor cobrado pelo pedágio no Paraná está acima da média aceitável. Nós, transportadores de cargas, somos favoráveis a uma mudança, ou seja, a uma repactuação nos atuais contratos, a fim de, em primeiro lugar, reduzir as tarifas dos pedágios e, em segundo lugar, duplicar o Anel de Integração em no máximo quatro anos. Também sugerimos que sejam agregados mais serviços pelas concessionárias voltados à segurança dos usuários, principalmente, no que se refere a evitar assaltos. Além disso, deve haver um maior controle

por parte das empresas no sentido de fazer com que todos aqueles que trafegam pelas rodovias pedagiadas, independente do trecho percorrido, paguem a tarifa. Temos informações de que hoje apenas 49% dos usuários pagam pedágio, sendo que, destes, 76% são do setor de transporte. Não achamos justo, além disso, se um número maior de usuários dividir a conta, certamente, isso ajudará a baixar a tarifa. Quanto ao resto, ou seja, a parte política envolvendo a renovação de contratos, preferimos deixar a decisão para o governo”.



Foto: Daniel Sorrentino

Rainer Zielasko (FACIAP)

Presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná

“O pedágio talvez seja um dos temas mais recorrentes nas discussões da classe empresarial. Para a Faciap, o problema não está na atuação dos pedágios, pois bem sabemos da sua importância para a manutenção da infraestrutura do Anel de Integração. Nós somos contra o valor abusivo cobrado nas 30 praças espalhadas pelo Paraná. O preço não condiz com as obras que deveriam ser executadas como prevê o contrato de concessão, e quem confirma esses dados é o próprio setor produtivo, o qual sofre diariamente com a one-

ração causada em suas empresas. Quem tem como ponto de partida o interior perde ainda mais competitividade, especialmente o empresário que trabalha com produtos de baixo valor agregado, pois o custo do pedágio é desproporcional ao que ele pode contribuir. O traçado de nossas rodovias está muito antigo, ainda com muitos quilômetros carentes de duplicação e pouca segurança aos que transitam pelas rodovias. O que pedimos é uma revisão para que as taxas estejam de acordo com o trabalho realizado.”



Foto: Bronson Almeida

Edson José Ramon (ACP)

Presidente da Associação Comercial do Paraná

“As entidades representativas da sociedade devem contribuir com o diálogo entre governo e concessionárias, objetivando benefícios para o sistema produtivo e, sobretudo, para a população. O importante é não alimentar posições preconcebidas e quase sempre

antagônicas, mas sim posições norteadas pelo interesse público, cujo resultado positivo será observado por todas as partes. Cabe agir com serenidade, realizando um esforço conjunto e de aproximação, tendo em vista que o entendimento é o único meio para resolver conflitos.”



Foto: Assessoria ACP

Impactos do pedágio no PR



Foto: Arquivo Ocepar

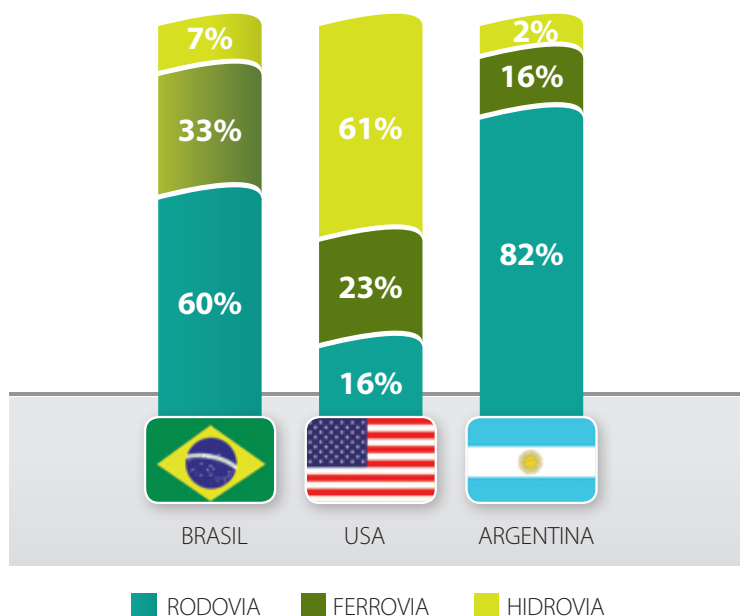
- Tem um impacto no valor do frete de grãos que pode chegar até a 27%. Representa um grande ônus à agricultura, principalmente nas regiões com grande peso na produção, como no Oeste, Sudoeste e Norte do Paraná
- Os pedágios têm impacto nos custos de produção que podem chegar a 6,6% para o caso do milho e de 4,1%, no caso da soja

- Os preços cobrados pelo pedágio são responsáveis por uma depreciação de renda do produtor rural
- Os elevados custos de pedágio desestimulam novos investimentos nas regiões mais distantes do porto e prejudicam o desenvolvimento
- O setor agropecuário é especialmente prejudicado pois, de forma geral, o valor unitário dos produtos é baixo em comparação com os produtos da indústria. Por exemplo, para o transporte de televisores, automóveis e geladeiras de Curitiba para Foz do Iguaçu o custo do pedágio representa menos de 1% do valor do produto, enquanto que no caso de grãos e cereais esse valor chega a 7,5%
- Os custos adicionais do pedágio no Estado do Paraná reduzem a competitividade da produção de grãos. Essa perda de competitividade é especialmente prejudicial à produção de soja, que

enfrenta grande competição da Argentina e Estados Unidos, tendo ambos como mercados de destino a Europa e a Ásia

- Um ganho efetivo de competitividade para o agronegócio ocorreria somente se o custo do pedágio representasse uma redução proporcional do custo e melhorias de qualidade no transporte. Ou seja, deveria haver melhorias substanciais na qualidade das rodovias, de modo a reduzir custos de manutenção e de tempo de viagem. Assim, a situação atual das rodovias não justifica o impacto que elas causam nos custos de produção e transporte no Paraná
- Os pedágios e as condições das estradas, geralmente de pista única, prejudicam o tempo de viagem, aumentando consequentemente os custos. Representam também risco contínuo para caminhoneiros e motoristas de carros menores (Fonte Getec/Ocepar)

MODAIS (Transporte de Cargas)

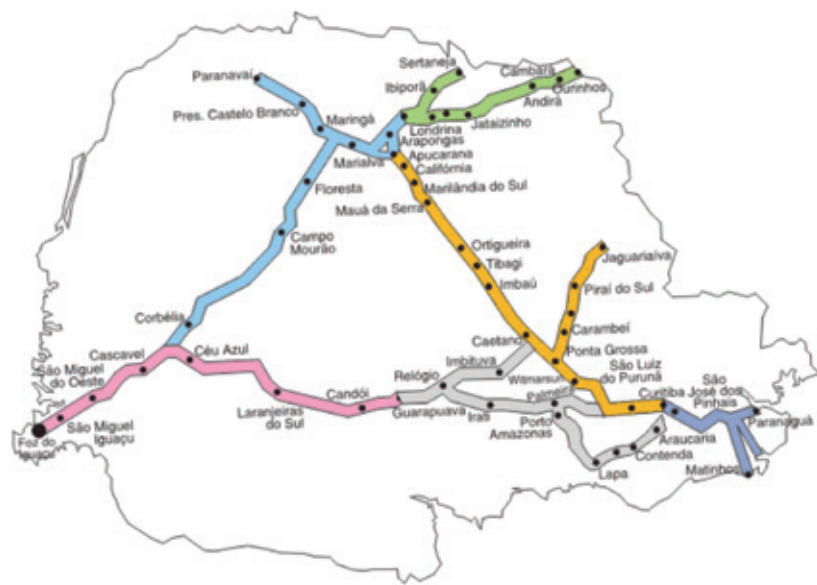


Transporte: No transporte de grãos e cereais são feitas cerca de **454 mil viagens** de caminhão por ano/safra.

Considerando-se um custo médio por pedágio de **R\$ 412** por carga (Maringá/Paranaguá), tem-se um custo de **R\$ 187 Milhões**



Foto: Ricardo Rossi/Ocepar



■ RODONORTE ■ RODOVIA DAS CATARATAS ■ ECONORTE
■ CAMINHOS DO PARANÁ ■ VIAPAR ■ ECOVIA

Pedágio no Paraná

1996 - Lei Federal nº 9.277 - Autorizou a União a delegar aos Estados a concessão de estradas federais.

1997 - 6 concessionárias venceram no PR licitação para 24 anos, com extensão de 2,5 mil km de rodovias .

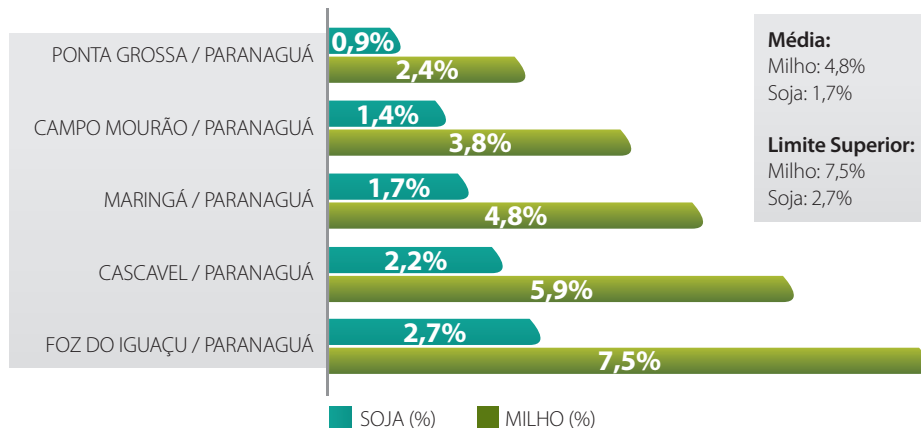
1998 - Início da cobrança do pedágio.

PEDÁGIO

IMPACTO PERCENTUAL DO PEDÁGIO SOBRE O PREÇO RECEBIDO PELO AGRICULTOR

1,5 bilhão de reais foi a arrecadação das concessionárias do Paraná em **2012**

Entre **1998** e **2012**, as praças de pedágio arrecadaram **R\$ 10,9 bilhões**



Impacto no preço do frete

Preço do frete, do pedágio e impacto no valor do frete por tonelada transportada

Trecho	Pedágio por carga	Pedágio atual (R\$/t) (B)	Preço Frete (R\$/t) (A)	Influência do Pedágio (%) (B/A)
Foz do Iguaçu/Paranaguá	644,00	23,85	88,00	27,10%
Cascavel/Paranaguá	509,60	18,87	83,00	22,74%
Maringá/Paranaguá	412,00	15,26	77,00	19,82%
Campo Mourão/Paranaguá	329,60	12,21	83,00	14,71%
Ponta Grossa/Paranaguá	202,40	7,50	66,00	11,36%

* Ajuste do impacto do pedágio no custo de transporte das cargas, considerando que, 60% dos caminhões retornam ao interior sem carga e conseqüentemente 40% voltam ao interior com frete de retorno, de acordo com levantamentos realizados com operadores de transporte das regiões Sudoeste, Oeste e Noroeste do Estado (Junho/2013).

Impacto do pedágio no custo do frete do calcário¹

Itens	Cascavel	Maringá
(1) Preço do calcário em Alm. Tamarandé - (R\$/t)	33,00	33,00
(2) Valor do pedágio (R\$/t)	9,52	7,26
(3) Frete retorno (R\$/t)	41,50	38,50
(4) Preço total do produto	84,02	78,76
(2)/(1) Pedágio/preço do calcário na mina (%)	28,84%	39,43%
(2)/(3) Pedágio/frete (%)	22,94%	24,38%
(2)/(4) Pedágio/preço total do produto (%)	11,33%	9,22%

Obs: considerado apenas um trecho – pois comumente o calcário é transportado como frete de retorno ao interior

¹ As referências utilizadas para a fonte de calcário é o Município de Almirante Tamandaré, principal cidade produtora de calcário, e para o uso os municípios de Cascavel e Maringá, maiores centros demandantes no Estado (Junho/2013).

Impacto do pedágio no custo do frete do adubo formulado de Paranaguá para Cascavel e Maringá

Itens	Cascavel	Maringá
(1) Preço do adubo em Paranaguá - (R\$/t)	1.297,43	1.297,43
(2) Valor do pedágio - (R\$/t)	11,80	9,54
(3) Frete retorno (R\$/t)	41,50	38,50
(2)/(1) Pedágio/preço do adubo (%)	0,91%	0,74%
(2)/(3) Pedágio/Frete (%)	28,42%	24,77%
(2)/(1+2+3) Pedágio/preço total do produto (%)	0,87%	0,71%

Obs: considerado apenas um trecho – pois comumente o fertilizante é transportado como frete de retorno ao interior (Junho/2013).

Quem poupa, realiza.

Muitos já sabem que poupar no Sicredi é um ótimo negócio e, a cada dia, mais pessoas estão descobrindo a importância de poupar. Porque no Sicredi seu dinheiro rende mais e todo mundo ganha, pois os recursos são investidos no desenvolvimento da região. Poupedi Sicredi. **Faça agora! Porque quem poupa, realiza.**



Produto do Banco Cooperativo Sicredi S.A. Consulte disponibilidade na sua cooperativa de crédito. SAC Sicredi - 0800 724 7220 / Deficientes Auditivos ou de Fala - 0800 724 0525. Ouvidoria Sicredi - 0800 646 2519.

sicredi.com.br
gentequecooperacresce.com.br



GENTE
QUE
COOPERA
CRESCER



Foto: APPA

Exportações de US\$ 991,3 milhões

Embarques das cooperativas do Paraná foram equivalentes a 34% do total comercializado pelo cooperativismo brasileiro no primeiro semestre de 2013

Texto: Ricardo Rossi

No primeiro semestre de 2013, as cooperativas brasileiras exportaram 2,91 bilhões de dólares, ou 8% a mais que o montante registrado no mesmo período de 2012 (US\$ 2,71 bilhões). O Estado do Paraná teve um acréscimo de 2% em comparação aos indicadores do ano passado e manteve o bom desempenho no âmbito nacional, com embarques de US\$ 991,3 milhões, o equivalente a 34% do total exportado pelas cooperativas do Brasil. Destacaram-se também os estados de São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio grande do Sul, com embarques correspondentes, respectivamente, a 39,4%, 8%, 7,7% e 5,1% das exportações do setor cooperativista brasileiro.

"A boa safra agrícola e os preços das *commodities*, que se mantiveram em patamares favoráveis neste ano, contribuíram para os indicadores positivos das cooperativas do Paraná", avalia o analista econômico da Ocepar, Gilson Martins. De acordo com o técnico, os números do semestre mostram que o agrone-

gócio ganhou força na balança comercial paranaense. "Os embarques de produtos agropecuários cresceram 0,5% no período, enquanto no total as exportações do estado tiveram retração de 3%. A participação do agronegócio no saldo comercial paranaense saltou de 72% (2012) para 75%", compara.

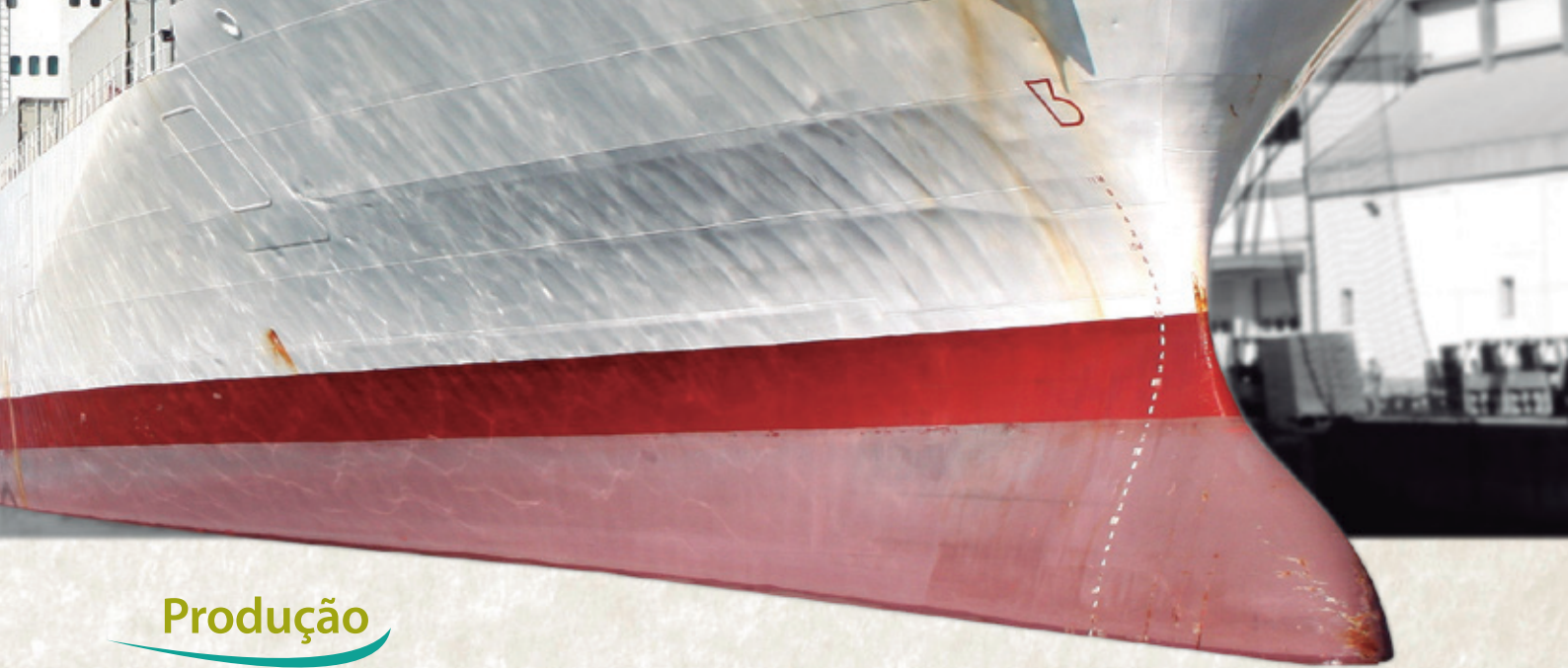
Destques - No primeiro semestre de 2013, os destaques das exportações das cooperativas do Paraná foram o complexo soja (54,1%) e carnes de frango (20,80%). O produto mais exportado pelo setor, até abril deste ano, foi a soja em grão, que somou embarques de US\$ 257,9 milhões, ou 26% das exportações totais. O valor apurado nas exportações foi 2% superior em comparação ao ano passado. O país com maior participação é a China, com compras de US\$ 289,82 milhões de cooperativas paranaenses (29% do total exportado). Os principais produtos importados por aquele país são soja em grão, frangos e óleo de soja. O segundo país que mais im-

portou foi a Holanda (9,9%), seguido pela Alemanha (9,4%).

Frango - Houve uma leve diminuição de 1% nos embarques com relação a 2012, que alcançaram um total de US\$ 201 milhões entre janeiro e junho deste ano, um valor levemente superior às exportações de farelo de soja e representando 20,80% das exportações totais.

Demais produtos: Destacam-se também como produtos de exportação das cooperativas o açúcar (10,3%), milho (7,6%) e suínos (6,7%). Nos primeiros seis meses de 2013 o agronegócio paranaense registrou exportações de 6,3 bilhões de dólares, com um saldo de 5,5 bilhões.

Indicadores - A Gerência Técnica e Econômica (Getec) da Ocepar compilou também os dados dos relatórios de produção, consumo, exportação e importação do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Os números mostram que o Brasil é o terceiro maior produtor e o segundo maior exportador de grãos do mundo. 🌾



Produção



E.U.A.

495,7 milhões de toneladas

Milho, soja e trigo.



CHINA

344,5 milhões de toneladas

Milho, soja e trigo.



BRASIL

162,0 milhões de toneladas

Milho, soja e trigo.



ÍNDIA

127,3 milhões de toneladas

Milho, soja e trigo.



Os quatro países produzem 1,1 bilhão de toneladas, ou 58% da produção mundial de grãos (1,9 bilhão de toneladas)

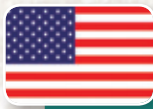
Consumo



CHINA

418,2 milhões de toneladas

Milho, soja e trigo.



E.U.A.

372,6 milhões de toneladas

Milho, soja e trigo.



UNIÃO EUROPEIA

204,9 milhões de toneladas

Milho, soja e trigo.



ÍNDIA

119,4 milhões de toneladas

Milho, soja e trigo.



BRASIL

102,0 milhões de toneladas

Milho, soja e trigo.



Os países citados respondem por um consumo de 1,2 bilhão de toneladas, ou 65% do total consumido no mundo (1,8 bilhão de toneladas)

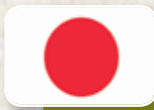
Importação



CHINA

85,5 milhões de toneladas

Milho, soja e trigo.



JAPÃO

24,3 milhões de toneladas

Milho, soja e trigo.



Os dois países importam 109,8 milhões de toneladas, ou 30% do total das importações mundiais de grãos (361 bilhões de toneladas)

Exportação



E.U.A.

100,2 milhões de toneladas

Milho, soja e trigo.



BRASIL

61,5 milhões de toneladas

Milho, soja e trigo.



Os dois países exportam 161,7 milhões de toneladas, ou 44% do total das exportações de grãos (364 milhões de toneladas)



Foto: Assessoria Nova Produtiva

Nova Produtiva: crianças entregam plantas ao som das canções Planeta Água e Herdeiros do Futuro

Unidos pela cooperação

Texto: Marli Vieira

Mobilizar mais de dezoito mil estudantes do Paraná com a finalidade de difundir o cooperativismo e a cultura da cooperação. Este é o objetivo da ação conjunta envolvendo os programas de educação cooperativista A União Faz a Vida, do Sistema de Cooperativas de Crédito Sicredi, e Cooperjovem, do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop/PR), juntamente com as cooperativas dos ramos agropecuário e educacionais.

A Ação Cooperativa 2013 aconteceu de junho a agosto, em 41 municípios paranaenses. Na programação, oficinas de jogos

cooperativos, apresentações culturais, ações sociais e ambientais, tais como: palestras, plantio de árvores, arrecadação de livros, cobertores e alimentos, e visitas a asilos.

Em Contenda, por exemplo, na Região Metropolitana de Curitiba, houve arrecadação de alimentos, fraldas, leite, produtos de limpeza e higiene pessoal para a Casa de Passagem e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) do município. A iniciativa aconteceu entre os dias 25 de junho e 5 de julho, e contou com o apoio das escolas envolvidas no Programa A União Faz a Vida, prefeitura muni-

Iniciativa conjunta dos programas Cooperjovem e A União Faz a Vida, cooperativas agropecuárias e educacionais envolveu mais de 18 mil estudantes no Paraná

pal e associados e entidades ligadas ao Sicredi.

Vem Astorga, no Norte do Paraná, alunos do Cooperjovem chamaram a atenção para a questão ambiental durante a festa comemorativa dos 14 anos da Nova Produtiva, no dia 06 de julho, data que marcou também a celebração do Dia Internacional do Cooperativismo. Na ocasião, os estudantes emocionaram os presentes ao entregarem flores artesanais feitas com papel de bagaço de cana e plantas de árvores nativas ao som das canções Planeta Água e Herdeiros do Futuro, interpretadas na voz dos funcionários



Foto: Assessoria Sicredi

Alunos do Cooperjovem e A União Faz a Vida, funcionários da C.Vale, Sicredi Vale do Piquiri, professores e os personagens Cazu, Poupedi e Abelhinha

Marcela, Cícero e Cleber, da Oficina de Artesanato Nova (OFAN).

Cooperação pela água – Já no Oeste do Paraná, a Copagrill tradicionalmente realiza, em parceria com o SESCOOP/PR, diversas atividades para o desenvolvimento das crianças participantes do Cooperjovem. Durante a Ação Cooperativa não poderia ser diferente. Em 2013, foram promovidas diversas palestras focadas na história da Copagrill, na importância da cooperação entre a escola, pais e alunos e no tema escolhido pela ONU (Organização das Nações Unidas) para nortear as ações em 2013: o Ano Internacional de Cooperação pela Água. As palestras envolveram cerca de mil pessoas, entre alunos, professores e comunidade. Ainda no âmbito da Copagrill, aconteceu uma visita à Unidade Industrial de Aves para difundir a cooperação, mostrar aos alunos como é feita a recuperação

da água da indústria através das lagoas e realização do plantio de árvores. Além disso, no dia 29 de julho, em parceria com o Sicredi Costa Oeste, prefeitura e secretaria de Educação e Cultura de Mercedes, foi realizada a apresentação do Circo da Alegria, formado por jovens do município de Toledo, com conteúdo voltado a cooperação.

A C.Vale e a Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP promoveram entre os dias 31 de julho e 09 de agosto a "Ação Cooperativa". A programação contemplou a apresentação de 44 mini palestras interativas sobre Cooperação e Educação Financeira para alunos das escolas que participam do programa Cooperjovem. Ao todo, estiveram envolvidos aproximadamente mil estudantes e 44 professores de 23 escolas. As atividades foram desenvolvidas nos municípios de Palotina, Assis Chateaubriand, Maripá,

Terra Roxa e Brasilândia do Sul. Os encontros contaram com as presenças de funcionários da C.Vale, da Sicredi, e dos mascotes Cazu (Cooperjovem), Poupedi (Poupança Sicredi) e Abelhinha (Programa A União Faz a Vida).

Desenhos - Alunos que participam do Programa Cooperjovem na região da Cocamar (parte do Noroeste e Norte do Estado) produziram desenhos sobre cooperativismo, utilizando como base o que aprenderam sobre o cinquentenário da cooperativa, comemorado este ano. A iniciativa envolveu 1.399 alunos de 18 escolas. Em cada estabelecimento de ensino, os três melhores trabalhos foram selecionados e encaminhados à Cocamar, que fez a seleção dos três primeiros na classificação geral. Cada um deles foi premiado com uma bicicleta de 18 marchas. Os estudantes ganhadores foram Vitória Gabrielly Laguillo Pereira, estudante da 7ª série do Colégio Estadual Santos Dumont de Paranacity; Felipe Danilo Maxiano Silva Miranda, da 5ª série da Escola Municipal Benedito Biasi Zanin de Serтанópolis; e Karen Cedran Iwanaga, aluna da 4ª série da Escola Municipal Rocha Pombo de Ourizona. De acordo com Cecília Adriana da Silva, coordenadora de Relação com o Cooperado da Cocamar, o Cooperjovem compreende 33 escolas na área de atuação da cooperativa, com um total de 2.503 alunos. 🚲



Foto: Assessoria Cocamar

Desenho produzido pela aluna Karen Cedran Iwanaga, da 4ª série da Escola Municipal Rocha Pombo de Ourizona

Liderança com atitude

Um grupo de jovens mostrou seu potencial ao conduzir as oficinas do 22º Encontro Estadual da Juventude Cooperativista Paranaense, realizado dias 25 e 26 de julho, em Maringá

Texto: Lucia Massae Suzukawa e Rogério Recco/Cocamar

Os 250 participantes do 22º Encontro Estadual da Juventude Cooperativista Paranaense (Jovemcoop), realizado dias 25 e 26 de julho, em Maringá, Noroeste do Paraná, experimentaram uma novidade nesta edição, cujo tema foi “Jovens em ação”. Eles tiveram como instrutores um grupo de 25 jovens,

que se dividiu para conduzir as oficinas sobre liderança, sucessão familiar, empreendedorismo e cooperativismo. “Essa edição ficará marcada positivamente por essa inovação pois, pela primeira vez, todo o planejamento, estruturação e execução dessa atividade foi obra desses jovens. Isso abriu uma

nova etapa no desenvolvimento da nossa juventude cooperativista”, afirmou o analista de desenvolvimento cooperativo do Sescoop/PR e coordenador do programa, Guilherme José Cabral Gonçalves.

As oficinas ocuparam a maior parte da programação do Jovemcoop e o resultado dos trabalhos foi apresentado no último dia do encontro, que teve a Cocamar como cooperativa anfitriã. Além disso, os jovens cooperativistas assistiram às palestras de Marcelo Peruzzo, especialista em marketing e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que discorreu sobre “Neuromarketing pessoal”, e do consultor Daniel Kroeff, que abordou o tema “Estratégias e competências para o sucesso”. Eles também apresentaram os projetos que estão desenvolvendo este ano em suas cooperativas.

De acordo com o gerente de Desenvolvimento Humano do Sescoop/PR, Leonardo Boesche, o evento atendeu às expectativas e foi encerrado com sucesso. Ele destacou “o grande interesse de jovens, representantes de cooperativas de várias regiões, que se deslocaram a Maringá para trocar experiências e aprofundar seus conhecimentos sobre a participação cooperativista”. Segundo Boesche, o Jovemcoop é também uma realização voltada à formação de jovens lideranças, sendo que, nos últimos anos, vários deles já passaram a integrar o Conselho Fiscal de suas cooperativas.

“O Paraná é modelo em cooperativismo no Brasil. Temos



Foto: Assessoria Cocamar

Na dinâmica sobre liderança, os participantes, de olhos vendados, tiveram que seguir as orientações dos líderes

que formar novos líderes para que o sistema continue sendo bem cuidado no futuro”, afirmou na abertura o vice-presidente da Cocamar, José Fernandes Jardim Júnior, também diretor da Ocepar.

Nova geração - A assessora de Ação Educativa da Cooperativa Agroindustrial Lar, de Medianeira, Carmem Teresa Zagheti Reis, disse que 32 dos mais de 300 jovens participantes dos grupos mantidos em sua região foram ao Jovemcoop. Segundo ela, “esse é um trabalho que recebe especial importância pois é um investimento na nova geração cooperativista”.

Cecília Adriana da Silva, coordenadora de Relação com o Cooperado, da Cocamar, ressaltou o empenho dos integrantes dos três núcleos jovens da cooperativa, representados por 26 participantes, que trabalharam na organização do evento.

Participante dos grupos jovens da Cocari Cooperativa Agroindustrial, de Mandaguari, Magda Ganbaro, de 24 anos, afirmou ter ficado satisfeita com o que aprendeu no Jovemcoop e também com as amigas que fez. Ela mencionou a grande quantidade de mulheres presentes para enfatizar o crescimento e a importância da participação feminina no cooperativismo estadual.

Aos 24 anos, Diego Lambert é um dos líderes do movimento jovem da Copagrill, de Marechal Cândido Rondon. Filho do produtor Arnildo, um antigo cooperado que produz leite e grãos, Diego disse que foi em busca de mais conhecimento e também para trocar experiências com grupos de outras cooperativas. Para Jaffer Besen, 22 anos, coordenador do Comitê Jovem da Lar, “os filhos precisam preparar-se para apoiar a família a rentabilizar a propriedade, mantendo-a sempre bem administrada, além de fortalecer os laços cooperativistas”. 🍌

Foto: Assessoria Cocamar



Jovens demonstram força e união na “Corda da cooperação”, atividade que fez parte da oficina sobre cooperativismo



Ato cooperativo é prioridade

Parlamentares em reunião com o presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, elaboraram um plano de trabalho focado nos assuntos prioritários para o cooperativismo

O adequado tratamento tributário ao ato cooperativo, que tramita através do Projeto de Lei Complementar (PLP) 271/2005, é o primeiro item da lista de prioridades na pauta de trabalho da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) para o segundo semestre deste ano. Os principais assuntos do plano de ações da Frencoop, envolvendo todos os ramos do cooperativismo, foram alinhados durante reunião entre integrantes da diretoria da Frente e o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, no dia 21 de agosto, em Brasília (DF). Durante a reunião, que contou com

a presença de 19 parlamentares, representando todas as regiões do país, foi adotada como estratégia de atuação o avanço das negociações com o Governo Federal para chegar ao texto referente ao ato cooperativo que atenda aos anseios de todos os ramos do cooperativismo. O PLP 271/2005 tramita em regime de urgência e aguarda inclusão na pauta do Plenário da Câmara dos Deputados, e, caso aprovado, segue para a análise do Senado Federal.

Também participaram da reunião, o superintendente do Sistema OCB, Renato Nobile, a gerente geral, Tânia Zanella, e a gerente de

Relações Institucionais, Fabíola Nader Motta. Na ocasião, o presidente de honra da Frencoop e atual coordenador executivo da Frente, Odacir Zonta, entregou aos deputados e senadores uma pasta com os pleitos do cooperativismo, conforme a atribuição de cada parlamentar na diretoria da Frencoop. Além do PLP 271/2005, referente ao ato cooperativo, destacam-se na pauta de trabalho dos parlamentares o Projeto de Lei (PL) 3.067/2011 – Recursos do FAT ao cooperativismo de Crédito; e o Projeto de Lei Suplementar (PLS) 250/2009 – Inclui as cooperativas educacionais no Pronuni.

Unindo forças e somando resultados

Representantes de todos os estados brasileiros participaram na capital federal, nos dias 27 e 28 de agosto, do III Encontro de Superintendentes do Sistema OCB. O objetivo da reunião nacional foi fortalecer a atuação e o desenvol-

vimento do grupo de superintendentes, bem como direcionar as ações e avaliar os resultados dos trabalhos desenvolvidos. O Paraná foi representado pelo superintendente José Roberto Ricken. Os gerentes do SESCOOP/PR, Leonardo

Boesche (Desenvolvimento Humano) e Gerson José Lauer mann (Desenvolvimento e Autogestão) também participaram do encontro. Eles fizeram uma apresentação sobre o trabalho integrado realizado entre as duas gerências no estado. 🍌

O Sistema S é plural no Paraná e na sua vida.

O Sistema S está em todo o Paraná:
no comércio, na indústria, na agricultura, no
cooperativismo, nos transportes, nas pequenas
e médias empresas. Nossa missão é preparar as
pessoas para o mercado de trabalho, além de
promover a qualidade de vida do trabalhador
de todos esses segmentos.



**Essas instituições estão sempre
perto de você. Afinal, S é plural.**



Cooperativismo na era digital

Texto: Ricardo Rossi

Colaboração: Gilson Martins e Sigrid U. Ritzmann

Mídias sociais devem ser instrumento de comunicação com os cooperados, defende Chris Herries, presidente da Federação das Cooperativas do Reino Unido (Co-operatives UK)



Chris Herries

Fotos: Co-operatives UK

a difusão mundial do movimento cooperativista.

Em sua opinião, quais as vantagens do sistema cooperativista?

As vantagens do sistema cooperativista são tanto sociais quanto econômicas, pois as cooperativas propiciam o trabalho conjunto das pessoas e sua participação no negócio como um todo. Elas têm uma ligação direta com seus cooperados e por isso podem responder assertivamente as suas necessidades. Elas têm um escopo social maior por serem baseadas localmente e envolverem as comunidades.

Quais os setores de cooperativas mais relevantes no Reino Unido e quais serão os mais importantes no futuro?

Atualmente o ramo mais desenvolvido no Reino Unido é o de consumo e ele contribui muito para os demais setores do movimento cooperativo através de financiamento e apoio a outras cooperativas e organizações do Sistema. Nós também temos atuação importante no setor agropecuário, porém é um ramo que está menos envolvido com o restante do Sistema. Durante a recessão muitos cidadãos tomaram empréstimos de pessoas mal-intencionadas (agiotas) e por isso, atualmente, há uma grande pressão para desenvolver o setor de crédito, de forma a propiciar que as pessoas tenham maior controle e acesso mais justo ao crédito. Por isso, o setor de cooperativas de crédito está

em pleno desenvolvimento.

Em seu modo de ver, quais foram os fatores de sucesso e quais os maiores legados dos "Pioneiros de Rochdale"? Atualmente as cooperativas ainda se atêm aos princípios e valores originais dos pioneiros?

Penso que um dos fatores de maior sucesso dos pioneiros de Rochdale é que, baseados em outros experimentos, eles conseguiram desenvolver um modelo de negócios sustentável que possibilitou às pessoas satisfazerem suas necessidades através do trabalho em conjunto. O fato deste modelo ter sido replicado em tantos países diferentes e em situações e áreas de necessidades tão diversas é um tributo surpreendente a esses pioneiros. No Reino Unido, as cooperativas ainda mantêm o foco nos valores e princípios originais dos pioneiros, conforme foram sendo desenvolvidos pela ACI, e eles ainda são vistos como muito relevantes e como fator de diferenciação para as cooperativas, inclusive como base sólida para os negócios.

Desde a época dos pioneiros de Rochdale, o setor de cooperativas de consumo/varejo é considerado muito importante no Reino Unido. Quais são os fatores de sucesso deste setor?

Como os pioneiros de Rochdale iniciaram seu negócio com uma cooperativa de consumo, provavelmente esta é uma das razões

A gestão de cooperativas em crescimento é um dos principais desafios do cooperativismo. Para superá-lo, o setor deve enfatizar seus valores e princípios utilizando os instrumentos de comunicação digital, em especial as mídias sociais. A opinião é da presidente da Co-operatives UK (Federação das Cooperativas do Reino Unido), Chris Herries, que concedeu entrevista exclusiva à revista Paraná Cooperativo. Ela entende ser estratégico para o setor manter-se próximo aos seus cooperados. "Creio que isto possa ser realizado através de uma aproximação maior em nível local e também pela maior utilização das mídias sociais", disse. A Co-operatives UK congrega 15,3 milhões de cooperados, associados a 6.169 cooperativas que tiveram, em 2012, um faturamento de 36,7 bilhões de libras esterlinas, o equivalente a cerca de R\$ 130 bilhões. O setor gera 237 mil empregos diretos. Foi no Reino Unido que surgiu uma das mais importantes experiências do cooperativismo, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, fundada em 1844 e que contribuiu, de forma decisiva, para



Setor energético é um dos nichos para a atuação de cooperativas no Reino Unido

pela qual esse setor se destaca tanto no Reino Unido.

As primeiras cooperativas se desenvolveram em circunstâncias de oposição por parte de outros varejistas e pelo governo, mas o apoio da maioria da classe trabalhadora permitiu o crescimento das cooperativas de consumo. Por outro lado, os outros varejistas se desenvolveram mais lentamente, pois não apresentavam o mesmo ganho de escala das cooperativas.

O governo apoiou o desenvolvimento das cooperativas no Reino Unido no passado? E atualmente, há mecanismos de apoio importantes para o setor? Até que ponto o estado deveria apoiar as cooperativas?

Muitas vezes, no passado, o governo do Reino Unido fez oposição às cooperativas, especialmente nos primeiros tempos, pelo fato delas ameaçarem os lucros de negócios privados. Por isso, o movimento cooperativista do Reino Unido constituiu seu próprio partido político (Partido Cooperativo) para batalhar por tratamento justo e igualitário. No Reino Unido, as cooperativas ainda têm problemas para levantar capital e serem reconhecidas

como um modelo alternativo de negócio e com a mesma credibilidade de uma PLC (Public Limited Company – Companhia Pública Limitada - cujas ações são vendidas e comercializadas livremente ao público sendo o mínimo de participação no capital de 50.000 libras esterlinas). Os governos da Escócia e do País de Gales dão mais apoio às cooperativas e, no último ano, o governo do Reino Unido concordou em consolidar todas as leis que se aplicam às cooperativas inglesas, o que deverá ajudar as cooperativas que estão sendo constituídas. Atualmente está tramitando um projeto de lei que trará mais facilidade às cooperativas para levantar capital. Creio que nosso estado deveria oferecer mais apoio às cooperativas, oferecendo vantagens financeiras, sociais e comunitárias que beneficiariam a toda sociedade.

Existem perspectivas para inovações importantes no setor cooperativista num futuro próximo?

É difícil indicar inovações. No Reino Unido certamente o setor energético está se desenvolvendo rapidamente – tanto na provisão como na distribuição. Caso as

cooperativas se concentrem nas necessidades de fornecimento de energia, elas serão bem sucedidas; atualmente há também uma necessidade considerável de acesso a financiamentos, os cuidados com pessoas idosas devem ser inovadores, da mesma forma, os cuidados com crianças e acesso à moradia a preços acessíveis. Além disso, penso que deveríamos estar na vanguarda de utilização de novas tecnologias e das mídias sociais.

Em termos de governança, quais as mudanças e desafios importantes que o setor cooperativista enfrenta no Reino Unido?

A governança em algumas das cooperativas maiores às vezes é um desafio: não que seja impossível, porém é difícil garantir a participação dos membros nestas organizações maiores. Creio que isto possa ser realizado através de uma aproximação maior em âmbito local e também pela maior utilização das mídias sociais. Atualmente o Co-operative Group no Reino Unido está sob certa pressão devido a seu tamanho e relação com outras organizações cooperativas, o que significará um desafio para os próximos anos. 🙌

O agente que faz a diferença

Por: Por Leonardo Boesche (*)

Em 1999, ano em que o Sescoop - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo iniciou suas atividades no Paraná, por uma decisão estratégica, foi implantada uma metodologia de trabalho que foi determinante para o alcance dos seus objetivos. Fazer com que os recursos retornassem para a sua origem foi uma delas. Buscar a participação das cooperativas na elaboração do seu plano de trabalho foi outra. Sem contar, a criação da figura do **agente** de desenvolvimento humano.

O Sescoop foi constituído para contribuir com a profissionalização da gestão das cooperativas. E quem tem mais conhecimento das suas necessidades do que a própria cooperativa? Descentralizando o planejamento e a decisão, mas capacitando os agentes e acompanhando a execução, o Sescoop/PR consegue dar dinamismo ao trabalho e alcançar os resultados almejados para o cooperativismo. Por isso podemos afirmar que, em conjunto com a equipe centralizada, é

o agente que faz economia, que faz acontecer.

No ano 2000 o cooperativismo paranaense obteve 6 bilhões de reais em receita. Em 2012 esta movimentação financeira ultrapassou a casa dos 38 bilhões de reais. Um crescimento médio superior aos 10% anuais. Evidente que a profissionalização não se mede apenas pelo crescimento econômico, mas sim pela eficiência da gestão, como um todo. Vários indicadores acompanhados pelo sistema de monito-

Equipe de Desenvolvimento Humano do Sescoop/PR

Foto: Samuel Z. Milléo Filho/Ocepar



ramento do Sescop/PR demonstram essa melhora na gestão, como a estrutura de capital, evolução da margem operacional, resultado, entre outros.

O treinamento era uma prática secundária na grande maioria das cooperativas, basta avaliar o baixo número de ações que eram praticadas. Era visto como custo e não como investimento, não era assertivo nem na sua finalidade, nem no público participante. Com a criação da figura do agente de desenvolvimento humano, com o exemplo de algumas cooperativas inovadoras e com a garantia de um orçamento para investimentos contínuos em treinamentos na cooperativa, houve uma mudança de mentalidade a partir da constatação de resultados concretos que foram alcançados com essa prática. O custo passou a ser visto como investimento. O treinamento como uma ferramenta de gestão. E a profissionalização que era a grande meta do cooperativismo hoje já é uma realidade.

A descentralização possibilitou ao Sescop/PR pensar estrategicamente em outras ações importantes para o desenvolvimento do cooperativismo. Os Fóruns de Profissionais foram se consolidando. Programas especiais surgiram. Só no ano de 2012, o Sescop/PR tinha em seus controles a execução de 44 pós-graduações com 1.680 alunos matriculados.

E tudo isto é resultado de muita dedicação e trabalho. Se contabilizarmos que um ano civil tem 52 semanas e que, se trabalhadas em jornada normal, de segunda a sexta-feira, desconsiderando períodos de férias e feriados, chegamos em 260 dias úteis de trabalho/ano.

Como a jornada diária corresponde a 8 horas, multiplicamos 260 X 8 e chegamos a um total de 2.080 horas trabalhadas no ano.

Só que no plano de ação do Sescop/PR de 2013, estão previstas 82.775 horas de atividades em treinamentos, se dividirmos esse número pelos dias úteis de trabalho no ano (260) chegaremos a um total de 318 horas diárias. Levando-se em consideração de que a jornada de trabalho é de 8 horas, podemos dizer que temos dentro de um dia, 40 dias trabalhados. Isto mesmo, 40 dias em um dia! Talvez você esteja se perguntando: como isto é possível?

Ainda mais se levarmos em consideração de que a equipe de

temos atualmente. Ninguém melhor que as cooperativas para conhecer as suas necessidades de treinamento.


Sem os agentes atuando de forma local nas cooperativas, o Sescop/PR precisaria, no mínimo, triplicar o número de analistas para poder atender a demanda do seu público. Investir em mais veículos, computadores, possivelmente implantar estruturas físicas regionais para estar mais próximo das cooperativas. Com isso precisaria contratar pelo menos um assistente para cada unidade, além de implantar toda uma infraestrutura necessária.

Atualmente, entre 10% e 12% do orçamento é suficiente para fazer a máquina funcionar. Mas se não

existisse esta sistemática atual com a atuação dos agentes, será que 30% seriam suficientes para atender as despesas meio do Sescop para todo o processo? Provavelmente não. Concluímos então que o sucesso da metodologia adotada pelo Sescop/PR, quando no início de seu funcionamento, além de eficiente é eficaz, pois consegue aplicar mais recursos no desenvolvimento humano das cooperativas, cumprindo com os princípios da boa gestão pública que é a economicidade. Com

isso, estamos fazendo com que os recursos retornem para a sua origem, ou seja, onde foram gerados, que é a folha de pagamento dos empregados das cooperativas e para os próprios cooperados. Afinal, colaborador profissionalizado apresenta melhores resultados, para a empresa e para a sociedade como um todo.

Assim, conseguimos cuidar melhor das árvores investindo no desenvolvimento da floresta.

(*) Engenheiro Agrônomo e Gerente de Desenvolvimento Humano do Sescop/PR 

“ O custo passou a ser visto como investimento. O treinamento como uma ferramenta de gestão. E a profissionalização que era a grande meta do cooperativismo hoje já é uma realidade ”

analistas de desenvolvimento humano é composta por nove técnicos apenas. Como suportar uma jornada de trabalho com essa grandeza? E a resposta é uma só: com a participação incondicional das cooperativas e com o trabalho incansável dos agentes de desenvolvimento humano, por meio da metodologia implantada no início do funcionamento do Sescop. Sem este apoio, dificilmente o Sescop conseguiria desenvolver integralmente o plano de treinamento. Sem a participação efetiva das cooperativas, em primeiro lugar, não conquistaríamos a efetividade e a assertividade que

Em favor do empreendedorismo

Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae/PR, João Paulo Koslovski, defende no plenário da Assembleia Legislativa a aprovação da lei para micro e pequenas empresas do Paraná

A aprovação do projeto de lei do Poder Executivo que estabelece uma legislação estadual em favor do empreendedorismo e das micro e pequenas empresas foi defendida pelo presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae/PR, João Paulo Koslovski, na tribuna da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). A Lei Geral Estadual, como é chamada, regulamenta no Paraná dispositivos da legislação federal em vigor desde dezembro de 2006 e que instituem menos impostos, menos burocracia, novos mercados e acesso ao crédito e à inovação.

“As micro e pequenas empresas são uma força importante da nossa economia, por isso precisam ser valorizadas com uma legislação específica”, destacou Koslovski em sua fala para os deputados, no dia 19 de agosto. “O Paraná tem mais de 507 mil micro e pe-

quenas empresas, as quais geram mais de 1,1 milhão de empregos com carteira assinada, o equivalente a 50% da massa salarial. Os pequenos negócios representam 99% dos estabelecimentos formais hoje no estado e o País. Estamos falando de um público que, efetivamente, precisa ser estimulado”, pontuou o dirigente.

Segundo ele, aprovação do projeto de lei que cria a Lei Geral Estadual “será um marco, um divisor de águas para as micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais.” Queremos que o Paraná seja o sétimo estado brasileiro a ter sua Lei Geral Estadual, o primeiro da Região Sul”, destacou Koslovski, informando que seis estados brasileiros, dentre os quais Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Amapá, Ceará e Distrito Federal, já têm legislações

estaduais em vigência e com foco especial nos pequenos negócios.

O dirigente assinalou que o projeto é fruto de um trabalho em conjunto e de um consenso entre a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul, Secretaria de Estado da Fazenda, Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná, Sebrae/PR e do setor produtivo representado pelo G7, grupo que reúne federações do comércio, da indústria, da agricultura, do transporte e das cooperativas.

Taxa - Para Koslovski, a legislação estadual ajudará a diminuir a taxa de mortalidade dos pequenos negócios, estimada em 25% nos dois primeiros anos de vida, índice considerado o mais crítico nos pequenos negócios. “Há dez anos, a mortalidade era de 50%. Conseguimos, num trabalho conjunto entre a Secretaria de Estado da Indústria Comércio e Assuntos do Mercosul, Secretaria de Estado da Fazenda e Sebrae/PR, aumentar os índices de sobrevivência, mas ainda é possível melhorar mais.”

A disseminação da cultura empreendedora também foi citada por Koslovski. “A legislação estadual ajudará na inserção da disciplina do empreendedorismo nas escolas públicas paranaenses. Isso é de fundamental importância para estimularmos o empreendedorismo entre os nossos jovens que, ao saírem das faculdades, poderão ser donos do próprio negócio. Esse processo ajudará no desenvolvimento do Estado e do País”, disse. 🍌

Foto: Assessoria Alep



O presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae/PR, João Paulo Koslovski, na tribuna da Assembleia Legislativa do Paraná

SEMEANDO O FUTURO

Formar | Orientar | Capacitar | Cooperar



Esses são alguns ideais que fazem parte da nossa filosofia.
Porque cooperar é preciso, sempre!

Bauru ganha moderna agência da Uniprime

Nova unidade foi instalada no município do interior paulista devido ao potencial existente na área de saúde, nicho da cooperativa de crédito

Texto: Samuel Z. Milléo Filho

Foi inaugurada, no dia 16 de agosto, em Bauru (SP), a mais nova agência da Uniprime Norte do Paraná que, segundo o presidente da cooperativa de crédito, Alvaro Jabur, faz parte do planejamento estratégico visando expandir a atuação em outros estados. “Depois de abrimos a unidade de Marília, no começo do ano, decidimos instalar nossa 19ª agência em Bauru, importante centro de medicina avançada e também de negócios. E, como nosso foco principal são os profissionais da saúde, como médicos, dentistas, entre outros, com certeza, a receptividade dos

interessados em se tornar cooperados será igual ou maior do que em Marília”, lembrou.

Em apenas seis meses de atuação em Marília, a Uniprime conta com 100 cooperados na cidade e a meta é ampliar ainda mais. Hoje, são 17 unidades de atendimento no Paraná e duas em São Paulo. Além de Marília e Bauru, a Uniprime Oeste Paulista, com sede em Presidente Prudente e com agência em Osvaldo Cruz (SP), também passou a integrar o Sistema Uniprime ao se associar à Central do Paraná, no início de 2013. Atualmente, a Uniprime

Norte do Paraná possui ao todo 12.500 cooperados.

Diferenciais – A cooperativa tem investido num nicho de mercado, oferecendo atendimento personalizado e exclusivo, com produtos e serviços desenhados especificamente para o segmento de saúde. Além disso, o dirigente faz questão de ressaltar que a Uniprime tem diversos outros benefícios proporcionados aos cooperados, entre eles, taxas de juros abaixo das praticadas pelo mercado, a não cobrança de tarifas por serviços, como por exemplo, na emissão de cheques.

Jabur destaca que outro diferencial do sistema cooperativista praticado pela Uniprime é a devolução das sobras. “Em 17 anos de história da cooperativa já devolvemos para nossos cooperados a expressiva marca de R\$ 300 milhões em sobras, beneficiando a todos de forma direta”, disse. “O objetivo da Uniprime é o trabalho de construção de riqueza e patrimônio para o cooperado. A cooperativa fortalece o município e a região ao fazer com que o cooperado cresça economicamente”, diz.

Localização – Em Bauru, a agência da Uniprime Norte do Paraná está localizada na Rua Araújo Leite, 23-15, no centro da cidade. O coquetel de inauguração foi prestigiado por membros da diretoria executiva da cooperativa, médicos e autoridades municipais.



Foto: André Timex

A abertura da agência faz parte do projeto da Uniprime Norte do Paraná de expansão para o Estado de São Paulo



Foto: Assessoria Sicredi

Fundadores e demais pessoas que estão ajudando a construir a história da cooperativa foram homenageados na Convenção 2013

Crescendo junto com a comunidade

A Sicredi Planalto das Araucárias PR/SC chega aos 25 anos com crescimento médio anual de 30%. A meta é continuar expandindo esse trabalho, contribuindo para o desenvolvimento da região onde atua

Mais de 15 mil associados, R\$ 21 milhões em patrimônio líquido, recursos administrados superiores a R\$ 200 milhões e R\$ 100 milhões em operações de crédito. Esses são alguns números da Sicredi Planalto das Araucárias PR/SC que, na última década, tem registrado crescimento médio de 30% ao ano. No dia 16 de maio, a cooperativa de crédito completou 25 anos, comemorados no dia 03 de agosto, durante a Convenção 2013, cujo tema foi "A vida é melhor quando é cooperativa".

Para o presidente Luiz Roberto Baggio, esse é um momento muito especial. "Nesses 25 anos, a Planalto das Araucárias cresceu e se fortaleceu, mas sem perder os princípios do cooperativismo. A cooperativa colaborou e continua colaborando com o crescimento da região e é o que pretende fazer pelos próximos 25, 50, 100 anos... O Sicredi vai continuar trabalhando com o foco no desenvolvimento das comunidades

nas quais está inserido, para que o Estado do Paraná e o Brasil sejam cada vez mais fortes", ressaltou Baggio.

Na Convenção, ele apresentou os resultados do primeiro semestre de 2013 e as projeções para o restante do ano. De acordo com Baggio, nos seis primeiros meses foi registrado um crescimento de 21% no número de associados, passando para 14,9 mil. Em termos de recursos, passou de R\$ 152 milhões para R\$ 196,8 milhões, crescimento de 28%. O patrimônio líquido aumentou 27%, saltando de R\$ 17,7 milhões para R\$ 20,7 milhões.

Metas – Para o segundo semestre, a Sicredi Planalto das Araucárias PR/SC quer manter do nível de rentabilidade e de resultados. A cooperativa pretende ainda inaugurar uma nova unidade de atendimento em Araucária. Também quer chegar aos 16.300 associados, ultrapassar os R\$ 200 milhões em recur-

sos e atingir R\$ 4 milhões em vendas de seguros. Está ainda nos planos, continuar obtendo resultados positivos em vendas de consórcios e melhorar os indicadores eficiência e cobertura, além de promover o encerramento da campanha dos 25 anos, que está sorteando uma caminhonete Chevrolet S10 0km.

Cerca de 240 pessoas participaram da Convenção 2013, entre colaboradores, coordenadores de núcleo e fundadores da cooperativa. O evento foi realizado na cidade da Lapa, no Sul do Estado, onde fica a sede da Sicredi Planalto das Araucárias, e teve como ápice as homenagens realizadas às pessoas que ajudaram a construir a história da cooperativa. A programação do dia contemplou ainda a premiação dos melhores em vendas do 1º semestre e treinamento vivencial, entre outras atividades. 🎉

Ponto de Equilíbrio

Foto: Banco de Imagens

Especialistas alertam para o efeito que o uso indiscriminado de materiais de alto custo impacto no setor da saúde

Há algum tempo, uma frase de Pedro Bial ganhou as ruas: "Saúde e paz, o resto a gente corre atrás". Ela reflete a constatação simples de que quando a saúde física e emocional (paz) de uma pessoa não está em dia, o restante fica bem mais difícil. Por isso, ninguém discorda de que a saúde não tem preço. No entanto, especialistas tentam mensurar a capacidade financeira necessária para mantê-la ou recuperá-la e os meios necessários para isso.

O diretor de Mercado da Unimed Paraná, o médico Faustino Garcia Alferez, explica que esse cálculo envolve vários fatores, mas tem um que acaba causando um desequilíbrio nas contas: os materiais de alto custo. "Ao computar os meios (terapias, tecnologias, materiais, medicamentos) e os recursos (estrutura, dinheiro, administração) é preciso considerar que "meios e recursos, em qualquer área, são sempre finitos", alerta.

O médico Marcos Bosi Ferraz, especialista na área de Economia da Saúde, da Unifesp, faz uma compara-

ção: "A crise vivida na saúde nos dias de hoje pode ser resumida com a seguinte pergunta: como satisfazer as demandas de 2013 com os recursos de 1980?".

Recursos - Esses problemas são comuns tanto na saúde pública quanto suplementar. "A qualidade dos serviços depende dos recursos disponíveis e de como a curva de gastos caminha", explica Alferez. Por isso, "setores de medicamentos e de materiais (como próteses e órteses) precisam ser regulamentados pelos órgãos competentes", frisa.

A coordenadora de Custos Assistenciais da Unimed Mercosul, Andrea Bergamini, complementa: "Dentre os pontos sensíveis do atendimento em saúde estão a incorporação acrítica de novas tecnologias, distorção na cadeia produtiva de OPME (Órteses, Próteses e Materiais Especiais), práticas abusivas e disparidades de preços, além dos riscos na qualidade da assistência".

Um valor aqui, outro lá - Quando o assunto é OPME, a diferen-

ça de custo de um produto de um fornecedor para outro, dependendo da região, pode chegar até 1.000%. E às vezes é o mesmo produto. Outras vezes são marcas diferentes, mas com a mesma qualidade.

No último Suespar (Simpósio das Unimed do Estado do Paraná), que aconteceu no mês de junho, em Foz do Iguaçu, o médico Márcio Bichara, representante do Conselho Federal de Medicina, reconheceu que essa situação é caso de polícia, ao envolver médicos e fabricantes de OPME, "pois além de uma falta ética, há também uma sonegação de imposto. A gente pune, mas tem que haver denúncia. Se tivermos denúncias com provas, esses profissionais serão excluídos da classe médica".

Enquanto a saúde não for encarada como responsabilidade de todos os atores envolvidos (Governo, operadoras, profissionais de saúde, fornecedores, prestadores, beneficiários) e também como uma questão primordial que exige reflexão de toda a sociedade, pouco se avançará.

Desenvolvimento com foco em ética e sustentabilidade

Esse é o tema da 23ª Convenção Nacional da Uniodonto, que acontecerá de 25 a 28 de setembro, em Manaus (AM)

Fotos: Divulgação



O doutor em Direito pela Universidade de Paris, Clóvis de Barros Filho, será o conferencista do dia 26 de setembro

A capital amazonense Manaus vai sediar, de 25 a 28 de setembro, a 23ª Convenção Nacional Uniodonto. Os participantes vão se reunir no Hotel Tropical. "Depois de comemorarmos os 40 anos do Sistema Uniodonto, em 2012, colocando em debate a Qualidade como fator de mudança na convenção realizada em Foz do Iguaçu, nosso desafio torna-se ainda maior, juntamente com nossa responsabilidade de conduzir para o sucesso o cooperativismo odontológico por meio do Sistema Uniodonto", afirma Adalberto Baccarin, diretor vice-presidente Político Institucional da Uniodonto do Brasil e coordenador da convenção.

Neste ano, o evento terá como tema central "Desenvolvimento com Foco na Ética e na Sustentabilidade". "Temas relevantes voltados aos processos de inovação e reestruturação do Sistema Uniodonto estarão em pauta. Eles provocam profunda reflexão e te-

remos a oportunidade de dar continuidade ao processo de transformação que a regulação, o mercado, a ciência e as políticas interna e externa exigem de cada um de nós para mantermos acesa a chama do cooperativismo e, ao mesmo

tempo, sermos competitivos num cenário cada vez mais diversificado em seus valores, conceitos e necessidades", acrescenta Baccarin.

Durante a Convenção Nacional, a Uniodonto vai promover a Feira de Negócios, um espaço com estandes onde os congressistas terão acesso a produtos e serviços. A programação contempla apresentação de cases, trabalhos em grupos e palestras com especialistas como Clóvis de Barros Filho, que será o conferencista do dia 26 de setembro. Doutor em Direito pela Universidade de Paris e em Comunicação pela Universidade de São Paulo, ele também é professor livre-docente de Ética da ECA/USP, além de coordenador do curso de Ética e Meio Ambiente do PEC/FGV-SP e consultor de ética da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

"Emoções, afeto e poder no mundo contemporâneo" é o tema

da palestra que será ministrada pelo professor Milton de Oliveira, no dia 28 de setembro. Trata-se de um dos mais conceituados consultores na especialidade do desenvolvimento organizacional. Formado em Psicologia, obteve o título de mestrado em Louvain, na Bélgica, e possui cursos de especialização no Canadá, França e Estados Unidos. É um estudioso do comportamento humano, focando seu interesse principalmente nas reações emocionais dos participantes de grupos e na formação das culturas operacionais.

Sobre o Sistema Uniodonto

- O Sistema Uniodonto compõe a maior rede de atendimento odontológico do país, com 3.000.000 usuários no Brasil, prestado por cerca de 20 mil cirurgiões-dentistas cooperados, organizados em 130 cooperativas singulares. 📌



"Emoções, afeto e poder no mundo contemporâneo" será o tema abordado pelo professor Milton de Oliveira no encerramento do evento

Foto: Assessoria Castrolanda



Mais de 80 mil visitantes

Feira de leite da Castrolanda movimentou R\$ 50 milhões em negócios

A 13ª edição do Agroleite, realizada de 12 a 16 de agosto, em Castro/PR recebeu mais de 80 mil visitantes do Brasil e exterior, confirmando o interesse dos pecuaristas em investir em novas tecnologias, maquinários e instalações para suas propriedades. Durante os cinco dias do evento a feira movimentou R\$ 50 milhões em negócios, valor recorde que ultrapassou em 20% o resultado obtido no ano passado.

Além de acompanhar as novidades dos 152 expositores desta edição, o público que veio a Castro pode participar também dos fóruns da pecuária leiteira, suinocultura, agricultura e do seminário internacional, com temas desde a comunicação como um dos elos do agronegócio, sistemas de produção, eficiência e intensificação da produção de leite, temas que ganham cada vez mais força e interesse dos participantes, como também mercado e perspectivas das áreas de negócios.

O Agroleite também teve como diferencial as dinâmicas no campo, onde os produtores puderam acompanhar as máquinas em movimento e, através dessas demonstrações, captarem o que existe de tecnologia

nesse mercado de equipamentos. No Dia de Campo, que contou com apoio da Fundação ABC e Emater, quase mil pessoas conheceram de perto a vitrine de novas tecnologias para forragens.

Vila - Com os constantes investimentos na Cidade do Leite, a abertura oficial foi marcada pela inauguração da 1ª casa da Vila Holandesa (foto abaixo). No futuro, após a construção das demais casas, será uma atração do evento e também um centro comercial do agronegócio. Diversas empre-

sas já sinalizaram interesse em ocupar as casas. Ao todo, serão 25 residências que retratarão o estilo da arquitetura holandesa.

“A movimentação financeira é importante, mas o objetivo da Castrolanda é reunir todos os players da cadeia leiteira para que haja interação com os produtores e cooperados. Muitos negócios são iniciados durante a Feira, sendo realizados posteriormente”, afirmou Frans Borg, presidente da Castrolanda. Para 2014 o evento já está marcado: acontecerá de 4 a 8 de agosto. 🍌



Foto: Ricardo Rossi/Ocepar

Um Atlas para a educação e o meio ambiente do Paraná

COAMO
AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA

Com o projeto Atlas Ambiental de Campo Mourão a Coamo conquistou o 20º Prêmio Expressão de Ecologia na categoria Educação Ambiental. A bem-sucedida iniciativa da cooperativa é fruto de uma parceria que agrega a empresa Basf, por meio da Fundação Espaço ECO, a Secretaria Municipal de Campo Mourão (PR) e o Núcleo Regional de Ensino (NRE).

O objetivo dessa parceria foi materializado com o lançamento de um material didático inovador que promove ao mesmo tempo a educação e a preservação ambiental. O projeto é uma iniciativa inédita no estado do Paraná e foi implementado em 17 escolas públicas, das redes municipal e estadual de Campo Mourão, beneficiando mais de seis mil alunos, de 9 a 14 anos. Através de um módulo de capacitação, os professores envolvidos com o projeto recebem informações sobre as disciplinas de história, geografia e ciências. O conhecimento é passado aos alunos por meio de uma linguagem de fácil entendimento para a comunidade local.

O atlas é composto por imagens espaciais, obtidas via satélite, que revelam informações sobre as matas, os oceanos, os animais, a urbanidade, o clima, a cultura, a sociedade, a história e a política do Brasil e do mundo. O material despertou o interesse e aprofundou o conhecimento das crianças e adolescentes sobre o tema da sustentabilidade e também estimula a conexão de temas globais com os locais.

A última etapa do trabalho consiste na realização de um concurso cultural que envolve mais de cinco mil alunos. Os participantes apresentam desenhos com o tema "Em que Campo Mourão eu quero viver!". Os professores mourãoenses orientam os alunos e cada escola fez a escolha do melhor trabalho. O Núcleo Regional de Ensino (NRE) recebe todos os desenhos enviados pelas escolas municipais e estaduais e promove um evento



para premiação dos melhores trabalhos.

O relevante projeto está mudando o jeito de pensar de milhares de alunos e de seus familiares, com ênfase na conscientização e prática de ações em benefício do meio ambiente sustentável. "Esse projeto demonstra o compromisso da cooperativa em promover o desenvolvimento da agricultura sustentável. É um presente para a sociedade e será partilhado também pelos familiares dos alunos e professores", afirma o diretor-presidente da Coamo, José Aroldo Gallassini.

A iniciativa faz parte dos 40 anos da cooperativa comemorados em 2010. Fundada em 1970, a Coamo é a maior cooperativa agroindustrial brasileira. Suas unidades de recebimento de produtos agrícolas estão situadas nos estados do Paraná, de Santa Catarina e de Mato Grosso do Sul.

A cooperativa conta com a participação direta de mais de 25 mil associados, sendo que 70% desse quadro é constituído por pequenos agricultores, que cultivam uma área superior a 5 milhões de hectares, formados principalmente pelas plantações de produtos como soja, milho, trigo e café.



Professores em uma das etapas de capacitação na Fazenda Experimental Coamo

Além do lançamento do Atlas Ambiental, Coamo promove um concurso cultural que estimula os alunos a preservar a cidade e o meio ambiente



Projeto beneficiou mais de seis mil alunos na rede pública de Campo Mourão

Coamo: dados de 2012

- **R\$ 7,9 milhões** em saúde, segurança e condições de trabalho.
- **R\$ 2 milhões** em treinamento e capacitação profissional.
- **R\$ 5,5 milhões** em projetos ambientais.
- **R\$ 847 mil** em programas e projetos nas comunidades locais.
- **9 mil horas** destinadas e **3 mil colaboradores** envolvidos com trabalho voluntário.
- **1,2 mil encontros** com a comunidade e/ou seus representantes.
- **2,5 mil colaboradores** envolvidos em **19 projetos** sociais desenvolvidos ou apoiados.

Reprodução: Editora Expressão/Guia Sustentabilidade 2013

Paraná cria Sistema de Cadastro Ambiental Rural

Decreto instituindo o Sicar-PR foi publicado no início de agosto. Porém, o Sistema estadual será implantado depois que o governo federal definir a data oficial de validade do CAR

Por meio do Decreto Estadual nº 8.680, publicado no dia 06 de agosto, o Governo do Estado instituiu o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado do Paraná (Sicar-PR). A medida atende às regras do novo Código Florestal Brasileiro. O sistema paranaense será integrado ao Sinima (Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente) e gerenciado pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

O Paraná possui 532.840 imóveis rurais que devem ser cadastrados no Sicar-PR, cuja implementação depende ainda do estabelecimento do sistema nacional por parte do governo federal. É prerrogativa do Ministério do Meio Am-

biente definir a data a partir da qual o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O CAR foi criado pela Lei Federal 12.651/2012 no âmbito do Sinima. Trata-se de um registro eletrônico que será obrigatório para todos os imóveis rurais e cuja finalidade será integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente (APP), das áreas de Reserva Legal (RL), das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país.

Sisleg – No Paraná, a regulamentação ambiental das propriedades

rurais era realizada pelo Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente (Sisleg), que foi revogado pelo novo Decreto Estadual.

A legislação paranaense utiliza as mesmas definições empregadas na Lei Federal para RL, APP e área rural consolidada, entre outras. Entretanto, em relação ao imóvel rural, foram adotados os termos do Incra (Lei Federal 4.504, de 1964), visando dar mais clareza à aplicação da legislação. Assim, no Decreto Estadual, o imóvel rural é definido como uma ou mais propriedades ou posses rurais, contínuas, pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, em regime comum ou individual.


Segundo a nova legislação estadual, os agricultores familiares terão prioridade no cadastramento e homologação do CAR, caso estejam inscritos no Sisleg. No entendimento do setor cooperativista, esse privilégio deveria contemplar os demais produtores igualmente já cadastrados. "O novo Código Florestal Brasileiro estabelece que os benefícios concedidos à agricultura familiar devem ser estendidos para as propriedades com até quatro módulos fiscais. A legislação ambiental federal prevê ainda que devem ser privilegiadas todas as propriedades que já tenham averbado a sua Reserva Legal com a inscrição simplificada no CAR", afirma o assessor de meio ambiente do Sistema Ocepar, Sílvio Krinski. 



Foto: Agência de Notícias do Paraná

Mais de 500 mil propriedades rurais do Paraná deverão ser cadastradas no Sicar-PR

Investimentos de R\$ 465 milhões

Os associados da Coamo aprovaram na 54ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada dia 26 de agosto, em Campo Mourão, investimentos da ordem de R\$ 465 milhões que serão efetivados nos próximos três anos, até a safra de verão de 2015. Estão previstas a modernização, adequação e ampliação de 67 unidades em todas as suas regiões no Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Os associados aprovaram também a construção de quatro

novas unidades em Bom Jesus (Santa Catarina), Guaíba, distrito de Ponta Porã e em Vista Alegre, Maracaju (Mato Grosso do Sul), e Santa Maria do Oeste (Paraná).

Recorde – A cooperativa deverá encerrar 2013 com um recebimento de mais de 105 milhões de sacas de produtos colhidos nas safras de verão e inverno, superando o montante de seis milhões de toneladas, entregues nos armazéns da cooperativa em mais de 120 unidades no Paraná,

Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, o que representa um recorde na história da Coamo.



Erramos: Sesc, ação educativa e social

Diferentemente do que veiculamos (edição de julho, número 95, da Revista Paraná Cooperativo), a tabela sobre os números das principais realizações do Serviço Social do Comércio (Sesc), em 2012, estavam com os dados incorretos. Os dados foram corrigidos na versão digital da revista e seguem na tabela abaixo.

Na edição de julho, foi ressaltada a força do Sistema S no Paraná. O conteúdo da revista reforçou o encarte especial elaborado pelo G7, grupo composto por federações e associações do setor produtivo

paranaense e que integram o Sistema S. A publicação visa divulgar a abrangência e a importância do trabalho realizado por elas no estado. Ao todo foram produzidos 50 mil exemplares, dos quais uma parte foi encartada no jornal Gazeta do Povo do dia 21 de julho e outra foi encaminhada pelas entidades para lideranças empresariais e políticas. A ideia do encarte é reforçar e ampliar ainda mais o conhecimento da população sobre os reais resultados das inúmeras ações do Sistema S.

O Sesc é uma das entidades que integram o Sistema S do

Paraná. Há mais de seis décadas a entidade desenvolve ações voltadas para a formação do ser humano, promovendo bem-estar social na vida da família comercial e de funcionários das empresas que atuam na área do comércio de bens, serviços e turismo. Uma das características básicas do trabalho do Sesc Paraná é a ação educativa, presente nas atividades das áreas de saúde, educação, cultura, lazer, esporte e ação social.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES 2012



43 milhões
de atendimentos



R\$ 36,5 milhões
investidos no Programa de Comprometimento e Gratuidade



2.966 toneladas de gêneros alimentícios distribuídos pelo Programa Mesa Brasil



2.463 espetáculos e exposições



2 milhões de lanches e refeições servidos

Ramo Educacional fará diagnóstico



O Conselho Consultivo do ramo Educacional pretende realizar um raio-X nas cooperativas que compõem o setor. A proposta foi discutida no dia 23 de agosto, durante a reunião ordinária ocor-

rida na sede do Sistema OCB, em Brasília (DF). O diagnóstico deverá levantar as necessidades mais urgentes do segmento. Para isso, foi dividido em duas fases. A primeira será realizada em setembro em todos os estados brasileiros. O resultado deve ser divulgado no mês de outubro. Já o segundo questionário deve ter sua aplicação iniciada ainda em novembro, com foco em duas demandas muito fortes das cooperativas educacionais: o acesso a financiamentos e questões inerentes à tributação. Os dados consolidados desta fase devem ser publicados em dezembro.

As informações obtidas com as pesquisas subsidiarão o Sistema OCB na apresentação do ramo educacional ao Governo Federal, especialmente ao Ministério da Educação. Também serão utilizados na formulação de uma política efetiva de reconhecimento social e, também para que essas cooperativas sejam claramente diferenciadas das empresas escolares.

Números - Atualmente, o Sistema OCB registra 299 cooperativas do ramo educacional. Juntas, elas reúnem cerca de 60 mil e cooperados e empregam a aproximadamente quatro mil pessoas.

Sicoob e Sebrae assinam convênio

O Sebrae e o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) assinaram, no dia 26 de agosto, em Brasília, um convênio de cooperação para estimular a competitividade dos pequenos negócios por meio da ampliação de acesso a mercados e serviços financeiros. A intenção é fortalecer as cooperativas de crédito para que elas se transformem nas instituições financeiras dos

empreendimentos de micro e pequeno porte.

A parceria, que terá duração de dois anos, também prevê a capacitação técnica e gerencial das cooperativas de crédito filiadas ao sistema Sicoob, além do intercâmbio de conhecimentos e informações. Esse é o segundo convênio de cooperação geral realizado entre as duas instituições. Elas já trabalham juntas em ações como pesquisas sobre a

atuação das cooperativas e eventos voltados ao tema acesso a crédito.

O Sistema Sicoob é composto por mais de 500 cooperativas singulares, 15 cooperativas centrais e a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob (Sicoob Confederação). Reúne 82 cooperativas e deve disponibilizar, de 2012 a 2014, cerca de R\$ 1,6 bilhão em financiamento para os pequenos negócios como resultado do seu projeto de boas práticas.

Credialiança celebra 30 anos

Fundada em 1983, na cidade de Rolândia, Norte do Paraná, a CrediAliança Cooperativa de Crédito Rural comemorou 30 anos no dia 20 de agosto. Com área de atuação em 120 municípios da região, possui 18 postos de atendimento, 3.444 associados e 57 profissionais. A cooperativa administra R\$ 142,2

milhões de ativos totais e uma carteira de operações de crédito de R\$ 55,8 milhões.

A CrediAliança foi a primeira cooperativa de crédito independente a receber autorização do Banco Central (BC) para abertura da conta liquidação, com o número 098, que a credenciou para operar no mer-

cado financeiro com compensação de cheques, transferências e outras operações junto a RSFN-Rede do Sistema Financeiro Nacional. Segundo a direção da cooperativa, os resultados obtidos nessas três décadas de atuação são animadores e novos objetivos já foram traçados para os próximos anos.

Uso de biogás rende prêmio à C.Vale

A C.Vale recebeu o Prêmio Expressão de Ecologia, homologado pelo Ministério do Meio Ambiente e concedido pela revista Expressão. A cooperativa ficou entre as 45 empresas que mais possuem compromissos com a sustentabilidade. Ela foi vencedora na categoria Conservação de Insumos de Produção - Energia, com o projeto Aproveitamento de biogás proveniente do tratamento dos efluentes de indústria de produção de amido de mandioca, iniciado em agosto de 2011. A premiação aconteceu dia 16 de agosto,

em Florianópolis (SC). A cooperativa foi representada pelo supervisor ambiental, Guilherme Daniel.

Segundo ele, os resíduos gerados pelo processamento da mandioca são enviados para biodigestores que transformam o material em biogás, utilizado para queima nas caldeiras que realizam a secagem do amido de mandioca. “Esse processo representa até 75% de economia na média anual de queima de cavaco”, destacou. “Para a C.Vale as questões ambientais não são somente uma obrigação para



atender os requisitos legais, e sim, atividades que podem gerar receitas, com ganhos econômicos e ambientais”, pontuou o presidente da cooperativa, Alfredo Lang.

BIBLIOTECA DO SISTEMA OCEPAR

Paraná Cooperativo Técnico e Científico, Edição Especial 6. Curitiba. 2013

A 6ª edição especial da revista Paraná Cooperativo Técnico e Científico publica trabalhos desenvolvidos por participantes de cursos de pós-graduação realizados pelo SESCOOP/PR em parceria com a Ocepar, o ISAE/FGV e as cooperativas do Paraná, além de um artigo sobre o capital social nas sociedades cooperativas, desenvolvido especialmente pelo coordenador da área jurídica da Ocepar, Paulo Roberto Stöberl.

Participantes do Curso de Pós-graduação em Gestão Estratégica e o Agronegócio realizado na Batavo Cooperativa Agroindustrial, Laura Paola Lima, Luciane de Almeida Bau-chrowitz, Michelly Paula do Prado, Natália Couto da Silva e Rose Mary Guimarães Santiago são as autoras de “Sistema preventivo de abastecimento: uso da água pluvial” e Antonio Sergio Pontarolli, Berenice Los, Cirlene Waceliko, Daniel Correia Sviercowski e Edicléa Pedrosa de

Oliveira desenvolveram o artigo “Viabilidade de produção de briquetes a partir de resíduos agrícolas”.

Representando a Coamo Agroindustrial Cooperativa, os participantes do Curso de Pós-graduação em Gestão Estratégica e o Agronegócio Gildo Alves Pereira, Marcelo Bressan, Orlando Melo Junior e Valter Massashi Yamao abordam o assunto “Comunicação como ferramenta para o crescimento organizacional” e Aelton Alves Cortes, Nilton Pulido, Sandro Dall Est e Valter França de Camargo apresentam “Inserção de mão de obra feminina na área operacional”.

Da Coasul – Cooperativa Agroindustrial os alunos do Curso de Pós-graduação em Gestão Empresarial Cleverson Penso, Edison Pascoal Sofiati, Joel Ribeiro da Silva, Jonas Tomé Kirsten e Luiz Carlos Walter desenvolvem o artigo “Implantação de um moinho de trigo no município de São João/PR.



A “Viabilidade para queima de biogás de efluente em caldeira” é artigo assinado pelos participantes da Copacol – Cooperativa Agroindustrial Consolata no Curso de Pós-graduação em Energias Renováveis com Ênfase em Biogás, Carlos Eduardo Biesdorf, Celso Brasil da Cruz, Ivo Cláudio Levistki, Vicente Celso Tondo e Wasley Freire de Lima. (Elaboração: Sigrid U. Litzinger Ritzmann). Exemplares da revista podem ser solicitados via email: sigrid.ritzmann@sistemaocepar.coop.br ou via fone: 41 3200-1139.

A Biblioteca do Sistema Ocepar está informatizada e seu acervo poderá ser consultado no site da Ocepar, (www.paranacooperativo.coop.br) no menu Biblioteca.



“ Eu sempre insisto: o Brasil, a Colômbia, a América Latina não vão mudar a educação enquanto não focarem em um problema fundamental, o nosso maior problema: a escrita e a leitura. 50% das crianças latino-americanas não leem e não escrevem bem... Se não enfrentarmos o problema da leitura e da escrita, estaremos construindo sobre pisos falsos ”

Bernardo Toro, 68 anos, escritor, filósofo colombiano e um dos mais influentes pensadores da América Latina na atualidade, durante palestra no Salamundo 2013, encontro internacional de educação ocorrido em agosto, em Curitiba

“ Hidrovia não é uma solução estrutural para o transporte brasileiro, não temos um rio como o Mississippi. No Brasil as hidrovias são muito periféricas, não passam por grandes centros produtores ou consumidores. A prioridade é criar uma malha ferroviária mais robusta ”

Bernardo Figueiredo, presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), ao afirmar que a solução do destravamento da infraestrutura nacional não passa pelos rios do país

“Hoje, o Paraná tem mais de 507 mil micro e pequenas empresas, que geram mais de 1,1 milhão de empregos com carteira assinada, o equivalente a 50% da massa salarial. Os pequenos negócios representam 99% dos estabelecimentos formais hoje no estado. Estamos falando de um público que, efetivamente, precisa ser estimulado”

João Paulo Koslovski, presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-PR e do Sistema Ocepar, em discurso na Assembleia Legislativa do Paraná

“O trabalho e compromisso com a inclusão jamais desconhecerá a importância e necessidade das escolas especiais (APAES), sua história e dedicação. Esse reconhecimento já tinha sido expresso pela presidenta através da publicação do Decreto e está sendo reafirmado na discussão do Plano Nacional de Educação”

Teor de conversa telefônica entre a Ministra Gleisi Hoffmann com Aracy Lêdo, presidente da Federação das APAES, postado no perfil do Facebook da própria ministra

“Às vésperas de um ano eleitoral a maioria das autoridades econômicas olha mais para os efeitos favoráveis do câmbio baixo, mas os resultados desta política podem ser desastrosos no médio prazo para a economia brasileira. Portanto, deixem o preço do dólar em paz”

Eugenio Stefanelo, doutor em Engenharia de Produção, professor da FAE - Centro Universitário e do Centro de Ciências Agrárias da UFPR



50 ANOS JUNTOS

POR UM FUTURO DE BONS RESULTADOS.

vivaf propugina



cocamar

HÁ 50 ANOS COOPERANDO POR UM MUNDO MELHOR

Juntos, a gente faz melhor.

Hoje, no mundo, o cooperativismo é uma força que move economias, realiza sonhos, gera e distribui renda. Faz a vida melhor. Faz o mundo melhor. Na saúde, na agropecuária, no crédito, no transporte, na infraestrutura, no trabalho, na educação, na habitação, consumo, turismo e lazer e em tantas outras áreas, a ideia do cooperativismo reúne, agrega, impulsiona. A gente pode dizer com orgulho: as cooperativas fazem diferença. Ajudam a desenvolver o campo e a cidade. Mostram que, juntos, somos mais fortes. Juntos, a gente faz melhor.

